



Best – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.

Relatório e Contas 2012

BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.**Relatório e Contas 2012****INDICE:**

	PÁG.
1. Relatório de Gestão	3
2. Balanço	18
3. Demonstração de Resultados	19
4. Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	20
5. ANEXO - adoção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Ativos	97
6. ANEXO - política de remuneração dos membros dos órgãos sociais do BEST e Declaração de cumprimento	100
7. ANEXO - política de remuneração de dirigentes	105
8. Certificação Legal de Contas	108
9. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	110

Relatório de Gestão – 2012

O Banco Best, fundado em 2001, disponibiliza toda a gama de produtos e serviços de um banco universal, auxiliando os seus clientes na identificação de soluções de poupança e oportunidades de investimento disponíveis em cada momento, bem como nos aspetos relacionados com as suas necessidades de financiamento e gestão financeira corrente. Com forte cariz tecnológico e de arquitetura aberta, o Banco Best oferece um conjunto de serviços que permitem aos clientes tirar partido das vantagens das novas tecnologias de informação através da internet, designadamente a maior rapidez e eficiência no tratamento dos processos e transações e o acesso a serviços inovadores que facilitam a relação dos clientes com o Banco.

A estratégia de negócio do Banco Best orienta-se para servir as necessidades de investimento das disponibilidades financeiras de um segmento de mercado de clientes particulares que se identificam com a necessidade de serviços financeiros mais diversificados e sofisticados, cobrindo simultaneamente a satisfação das suas necessidades de financiamento para diversos fins e utilização de serviços bancários correntes. Clientes com outra natureza jurídica diversa da dos anteriores, tais como empresas e fundações, podem também ser acessoriamente servidos por esta estratégia de negócio no que diz respeito à satisfação das necessidades atrás referidas.

O capital social ascende a 63 milhões de euros e conta com uma estrutura acionista composta maioritariamente por entidades que integram o Grupo Banco Espírito Santo (GBES) e o Espírito Santo Financial Group e pelo *Saxo Bank A/S*, banco de direito dinamarquês que detém 25% do capital do Banco Best.

O Banco Best tem sede em Lisboa, na Praça Marquês de Pombal e não dispõe de balcões bancários no sentido tradicional do termo pelo que disponibiliza os seus produtos e serviços bancários e financeiros através de outros canais, a saber:

- *Internet, através do Website (www.bancobest.pt) e Mobile Banking;*
- Centros de Investimento localizados em Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Leiria, Évora e Faro, que contam com uma rede própria de *Personal Financial Advisors* (PFA);
- *Contact Center* (banca telefónica).

Adicionalmente o Banco Best dispõe de uma rede de promotores e agentes vinculados, denominados de *Financial Advisors* (FA's), que funcionam em regime de prestação de serviços e de acordo com as disposições legais sobre a matéria, sendo que alguns dispõem de espaços físicos próprios identificados como "*PFA Offices*" e onde exercem a sua atividade balizada pelas disposições legalmente aplicáveis.

I – Enquadramento Económico

O ano de 2012 terminou com uma performance positiva da maioria dos ativos de risco, recuperando assim das quedas registadas essencialmente no 2º trimestre do ano. Os principais mercados acionistas encerraram com ganhos de dois dígitos, medidos em moeda local, com o Japão a liderar estas apreciações. Ainda assim, a apreciação do Euro, que desde o mês de Julho registou uma subida de cerca de 10%, acabou por penalizar os ganhos de valorização dos mercados acionistas japoneses e norte-americanos, quando medidos em euros.

De realçar, como contributos para esta performance, a atuação mais proativa dos líderes políticos da Zona Euro e de responsáveis do Banco Central Europeu (BCE) para procurar resolver a crise de dívida soberana que decorre na Zona Euro, nomeadamente, com o compromisso por parte do banco central em comprar montantes ilimitados de dívida soberana dos países que tivessem, simultaneamente, sob ajuda financeira internacional e recuperassem acesso aos mercados de dívida. Esta medida do BCE foi tomada em simultâneo com o compromisso de maior integração fiscal entre estados membros, da implementação de um regulador bancário comum e estruturação de um novo pacote de ajuda à Grécia, que reformulou o programa de ajustamento, suavizando as suas metas. De realçar que a bolsa grega é, no universo dos mercados desenvolvidos, a que registou melhor performance no ano, com ganhos de 37%.

O resultado destas medidas, de um ponto de vista dos mercados financeiros, foi uma redução do risco sistémico e conseqüente incremento da confiança na estabilidade da Zona Euro. Com isto, as obrigações soberanas da zona euro, medidas pelo *Euro Bloc All Government Bonds Index*, registaram um dos maiores ganhos anuais de sempre.

Por outro lado e em simultâneo regista-se que os principais bancos centrais mundiais tiveram, efetivamente, um papel decisivo no sentimento dos mercados, ao aplicarem medidas de cedência de liquidez sem precedentes. A Reserva Federal norte-americana, por exemplo, aplicou mais duas rondas de *Quantitative Easing*, com a última, a quarta desde o início da crise, a estender-se por prazo ilimitado, pois a sua maturidade está dependente da evolução do mercado de trabalho nos Estados Unidos da América (EUA).

Não obstante e pela negativa, o crescimento económico global foi enfraquecendo ao longo do ano, com destaque particular para a Zona Euro, que se encontra em recessão técnica desde o segundo trimestre de 2012. Os EUA surpreenderam ainda assim pela positiva, graças ao contributo positivo do consumo privado. No final do ano, as eleições nos EUA e a incerteza quanto à possibilidade de evitar o designado *fiscal cliff* – cortes automáticos de despesa e aumento de impostos – acabaram por contrabalançar as notícias positivas. A China, por sua vez, diminui o seu ritmo de crescimento, mas conseguiu evitar o temido cenário de uma desaceleração súbita do ritmo de crescimento económico, registando, aliás, uma recuperação dos indicadores macroeconómicos já no final do ano.

O abrandamento do crescimento económico nas principais economias mundiais levou à depreciação dos preços da maioria das matérias-primas, bem como à descida das taxas de juro, tanto nos EUA como na Zona Euro. O ouro, tradicionalmente utilizado como ativo de refúgio em tempos de turbulência económica e financeira, apreciou, embora tenha corrigido parte dos ganhos já no final do ano, à medida que a perceção de necessidade de refúgio diminuía devido às medidas tomadas na Zona Euro.

Em resumo, o ano de 2012 acabou por não ver materializados muitos dos receios perspetivados no início do ano, essencialmente centrados na Zona Euro. Sendo certo que o processo de desalavancagem das economias desenvolvidas decorrerá a um ritmo mais lento do que o inicialmente perspetivado e consequentemente, se estenderá por mais alguns anos, são de salientar as perspetivas de uma forma geral mais positivas na capacidade de gestão, por parte das autoridades políticas, monetárias e financeiras para levar este processo de desalavancagem a bom porto.

II – Atividade desenvolvida em 2012

No contexto de um ano de 2012 que se pode considerar desafiante em termos de atividade bancária atendendo às incertezas da envolvente macroeconómica e financeira e ao impacto tendencialmente negativo nas disponibilidades financeiras e capacidade de poupança e aforro da população portuguesa em geral em função das medidas orçamentais e fiscais que Portugal se viu obrigado a adotar, o Banco Best registou uma evolução positiva nos principais indicadores sendo de registar que o volume total dos ativos de clientes cresceu 19% e atingiu os 1.959 milhões de euros no final de 2012, enquanto o crédito concedido ascendeu aos 141 milhões de euros no balanço em dezembro de 2012, representando um crescimento de 31% face ao ano anterior.

O Banco Best manteve em 2012 um nível de liquidez em balanço confortável, não obstante um enquadramento geral de forte competição no mercado bancário nacional pela captação de recursos estáveis de clientes. O efeito conjugado de uma diminuição de 27% no volume de depósitos de clientes em valores de final de ano, com o crescimento dos volumes de crédito concedido líquido em 29%, implicou a subida do rácio de transformação de depósitos em crédito para os 46%, mantendo-se num nível controlado e substancialmente abaixo dos valores médios do setor bancário nacional.

Na atividade desenvolvida em 2012 destaca-se o processo de *rebranding* através do qual o Banco Best implementou uma nova imagem e identidade corporativa que veio confirmar a maturidade, excelência e carácter global do Banco, refletindo também a internacionalização da sua oferta de produtos e serviços nos últimos anos, pelo que Best Bank passou assim a corporizar a nova identidade corporativa. Simples, moderno e intemporal, o novo visual Best Bank visou espelhar o posicionamento da marca no seu setor: um banco universal, sólido, e inovador, com ambição mundial. Desta forma foi possível alinhar a imagem materializada no logo/marca com o que é o posicionamento atual do banco, refletindo o carácter global da

oferta e o perfil tendencialmente sofisticado e cosmopolita dos clientes, bem patente na assinatura – *Personal Investments Worldwide*.

Ao nível de desenvolvimento dos serviços, destaca-se o facto de o *Mobile Banking* do Banco Best ter sido distinguido em Março de 2012 como “Melhor Site/App Mobile para eCommerce” no âmbito dos Prémios Navegantes XXI da ACEPI – Associação do Comércio Eletrónico e da Publicidade Interativa. Com efeito e durante o ano de 2012, o serviço Mobile registou uma crescente adesão dos clientes, com o número de acessos a aumentar 144% face ao ano anterior. Estes números comprovam a estratégia de investimento neste canal de acesso ao banco e permitem reforçar o posicionamento enquanto banco inovador na oferta de serviços e produtos financeiros em Portugal. Salienta-se que o serviço de *Mobile Banking* está disponível através de *Apps* para *iPhone*, *iPad* e *Smartphones* e *Tablets* com sistema *Android*, bem como diretamente em *browser* mobile no endereço www.bancobest.pt/m. A aplicação permite aos utilizadores de telemóveis com acesso à *Internet* e *tablets*, aceder ao Banco e realizar um conjunto de operações financeiras de forma cómoda, intuitiva e totalmente segura. Desde consultas de património, transferências, pagamentos e carregamentos, gestão de cartões de crédito, constituição de depósitos, o *Mobile Banking* do Banco Best tem ainda o serviço de Bolsa *mobile* mais completo do mercado – *Mobile Trader* - permitindo aos clientes acompanhar as principais bolsas a nível mundial e negociar *online* mais de 1.200 títulos.

Em 2012 o Banco Best lançou igualmente, pela primeira vez em Portugal, um serviço único com toda a informação financeira relevante para os investidores, o *Equity Research Center*. Através deste serviço, os investidores podem aceder a todos os indicadores e dados de ações a nível mundial com mais de 40 indicadores financeiros sobre mais de 11.000 ações de 23 bolsas internacionais, avaliações realizadas por analistas; estimativas de evolução para os próximos anos; recomendações de compra, venda ou manutenção e ainda a possibilidade de fazer comparações entre empresas. Desde o Japão e Austrália até aos EUA, passando pelas principais bolsas europeias, o investidor pode selecionar e pesquisar a informação mais relevante, adquirindo assim o domínio de informação financeira que o auxilia no processo de decisão sobre os seus investimentos. Com o *Equity Research Center*, disponível no serviço *Best Trading Pro*, os investidores particulares têm acesso a informação e ferramentas até aqui acessíveis apenas a investidores profissionais. Adicionalmente foi também disponibilizada em 2012 a ferramenta de pesquisa *Stock Screener*, no qual os utilizadores podem realizar pesquisas sobre mais de 200 critérios, tais como, melhores dividendos, melhores *cash-flows*, maior rentabilidade, entre muitos outros.

No início do último trimestre do ano o Banco Best lançou um inovador concurso denominado *Best Quiz 2012*, que permitiu a clientes e não clientes aumentarem os seus conhecimentos sobre produtos de investimento e habilitarem-se a ganhar prémios, bastando para tal responderem a questionários sobre produtos de investimento disponíveis *online* no site do Best. Este concurso, lançado em parceria com outras sete instituições financeiras - *Amundi*, *Eurovida*, *Fidelity*, *Franklin Templeton*, *Nordea*, *Threadneedle* e *UBS*, consistiu em 7 breves questionários de aferição de conhecimentos sobre os fundos de investimento

e respetivas sociedades gestoras, seguros *unit linked* e regras básicas de construção de carteiras, entre outros. Ao lançar o *Best Quiz 2012* o Banco Best visou promover junto da comunidade de investidores e potenciais investidores o conhecimento e a educação financeira relativamente a importantes instrumentos financeiros de diversificação da carteira como os fundos de investimento e os seguros *unit linked*.

Nessa altura o Banco Best promoveu, igualmente, um projeto de *gamification* inovador a nível mundial denominado FuteBest, assente numa animação digital baseada na gestão de uma carteira de fundos de investimento, sobre um modelo animado de um campeonato de futebol com diversas jornadas.

Já no final do ano, destaca-se o lançamento de uma nova versão da *homepage* do *website* do Banco, com uma reorganização gráfica que melhorou a visualização de conteúdos e a disponibilização de uma nova área de top de compras, que permite o acesso direto a alguns dos ativos financeiros mais subscritos pelos clientes e também os de maior rentabilidade nas categorias de Fundos de Investimento, Ações e Obrigações.

Na área da responsabilidade social, o Banco Best apoiou financeiramente e realizou ações de voluntariado pelos seus colaboradores junto da Obra do Padre Gregório, Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS) que acolhe no seu Lar em São Pedro de Sintra jovens e crianças necessitadas, em regime de internato. Atualmente dá guarida a 30 crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 18 anos, às quais tenta proporcionar um ambiente tão familiar quanto possível. Neste âmbito, destaca-se a iniciativa subordinada ao tema “Eu Vou Ajudar!”, que teve por objetivo a manutenção das instalações do lar, designadamente a renovação de um dos edifícios da Obra do Padre Gregório. Representando uma nova geração de instituições financeiras, o Banco Best assume-se como marca socialmente responsável, tendo como objetivo relacionar-se com a comunidade através dos seus valores e serviços, disseminando um espírito solidário para com a sociedade. No âmbito do apoio a esta instituição, contam-se diversas iniciativas realizadas de forma continuada com o objetivo de colmatar as carências desta instituição e das crianças por ela acolhidas. O Banco Best prossegue, com a Obra do Padre Gregório, a sua Política de Responsabilidade Social, juntando esta causa a outras que tem vindo a apoiar, nomeadamente a Instituição Acreditar, a Associação Ajuda de Berço e a Liga Portuguesa contra o Cancro.

Na área de fundos de investimento foi mantida a estratégia de alargamento e diversificação da oferta de sociedades gestoras e fundos de investimento, com o BEST a assegurar atualmente a distribuição de cerca de 2100 fundos de investimento de 46 sociedades gestoras para o público em geral e de mais de 5700 fundos de investimento para o mercado de *Wholesale* e Internacional. Destaca-se em 2012 a introdução em Portugal de duas novas sociedades gestoras, a *Nomura* e a *Julius Baer*, assim como o início da comercialização dos fundos de investimento nacionais geridos pela Dunas Capital. Ainda na área de fundo de investimento salienta-se a divulgação efetuada relativamente a fundos de investimento com estratégias de diversificação de risco cambial e soberano como, por exemplo, o fundo de investimento *Currency Diversified* gerido pela sociedade gestora *UBS* e o fundo de investimento *European Low CDS*

Government Bond gerido pela sociedade gestoras *Nordea*. Neste sentido e com o enquadramento macroeconómico e financeiro prevaemente em Portugal durante o ano de 2012 registou-se uma natural alteração na tipologia dos fundos de investimento mais subscritos pelos clientes, com várias estratégias de investimento em obrigações e crédito a ganharem um maior protagonismo.

O Banco Best reforçou em 2012 a liderança na distribuição de fundos de investimento estrangeiros em Portugal, atingindo uma quota de mercado de 33,7% segundo os últimos dados divulgados pela CMVM e relativos ao 3º trimestre de 2012.

Na componente de comercialização de produtos de seguros numa ótica de investimento, o Banco Best registou em 2012 um crescimento na ordem dos 30% no volume de ativos sob gestão em seguros do tipo *Unit Linked*, crescimento este que se ficou a dever essencialmente á comercialização de novas séries especiais de produtos com taxa fixa durante a vigência do contrato e á constituição de novos contratos no âmbito da oferta de produtos *tailor made*, Best Premium introduzidos em 2011 sob a forma de *unit linked* e que permitem aos clientes subscritores aceder a uma forma de tratamento mais personalizado na área da gestão de carteira. De facto e neste âmbito mais restrito do Best Premium registou-se um interessante progresso no ano de 2012 em termos do número deste tipo de contratos, os quais são usualmente dedicados a clientes cuja dimensão de património exige e justifica um tratamento mais personalizado.

Relativamente ao Serviço de Gestão de Carteiras, apesar do contexto de grande volatilidade que marcou o ano de 2012, é de registar ter sido possível alcançar um desempenho bastante apreciável em todos os perfis de risco. No perfil mais conservador, impulsionado pelas oportunidades que foi possível aproveitar nos mercados de crédito, a rentabilidade alcançada foi superior a 9%, enquanto que no perfil mais dinâmico a rentabilidade superou os 11%.

Na sequência dos anos anteriores, também durante o ano de 2012 o banco manteve a política de diversificação das suas linhas de negócio com parcerias na área de clientes institucionais e que são objeto de uma oferta muito específica de ativos financeiros, designadamente de fundos de investimento, tendo-se registado um crescimento superior a 47% nos volumes em fundos de investimento de clientes da área de negócio *wholesale*.

Relativamente às áreas de *trading*, o ano de 2012 caracterizou-se por uma diminuição geral da atividade na negociação de ações em mercado regulamento, com especial incidência para o segmento de investidores particulares, onde o Banco Best desenvolve a sua atividade. Segundo dados da CMVM, em 2012 o volume das ordens recebidas online registou uma quebra anual de quase 34%, mantendo-se a tendência de diminuição de volumes de negociação já registada em 2011. Não obstante e apesar do contexto adverso neste segmento de mercado, dada a abrangência e flexibilidade da oferta, o Banco Best reforçou a quota de mercado em 2012, para cerca de 8%, um aumento de 0,8 pontos percentuais face ao ano anterior.

A redução da atividade de negociação de ações, contrastou com o forte crescimento da atividade de negociação de títulos de dívida. Quer através de operações em mercado primário – mediante as Ofertas Públicas de Subscrição nas quais o Banco Best participou nos sindicatos de colocação – quer através de operações em mercado secundário, o ano de 2012 registou um redobrado aumento do interesse dos investidores na negociação de Obrigações nacionais e internacionais. De salientar neste particular o sucesso do serviço *Bonds For All* disponibilizado pelo Banco Best e que permitiu aos investidores particulares o acesso *online* a uma vasta oferta para a compra/venda de obrigações desde dívida pública portuguesa, de empresas nacionais, ou emitidas por entidades internacionais de renome, permitindo que o volume de transações de Obrigações atingisse os 268 milhões de euros em 2012.

Dado o contexto de mercado e as crescentes exigências dos investidores por uma melhor informação financeira, em 2012 o Banco Best intensificou as iniciativas de Educação Financeira, tendo registado um crescimento de 48% do número de Seminários face ao ano anterior, através da organização e realização de 52 sessões de Educação Financeira a nível nacional. Em termos geográficos, de referir que 45% das iniciativas do Banco Best realizaram-se fora os tradicionais grandes centros urbanos de Lisboa e Porto, tendo ocorrido sessões de formação a investidores em Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Faro e Leiria.

As temáticas abordadas nestas iniciativas de Educação Financeira forma diversificadas e abrangentes, destacando-se os temas relativos à gestão das emoções dos investidores e importância da Psicologia na gestão de uma carteira de ativos, ao conhecimento de indicadores de mercado decorrentes da Análise Técnica e Análise Fundamental e principais características de alguns produtos financeiros como, por exemplo, as Obrigações, os *Warrants* e os *Exchange Traded Funds (ETF)*.

No segmento de derivados *online*, no qual a atividade decorre da parceria com o Saxo Bank A/S, o Banco Best reforçou a liderança do mercado nacional, ao registar um aumento de 2 pontos percentuais na quota de mercado para 28%, tendo ocupado pelo segundo ano consecutivo o 1º lugar no ranking divulgado pela CMVM na componente de ordens de derivados *online*.

O volume de depósitos de clientes atingiu os 306 milhões de euros no final de 2012, registando uma diminuição de 27% face ao ano anterior em função da crescente apetência dos clientes pela alocação de recursos em ativos financeiros como fundos de investimento e títulos classificáveis em rubricas de fora de balanço. Não obstante assistiu-se a um reforço das entradas líquidas de recursos no Banco, tendo-se registado um crescimento de cerca de 12% na compensação global líquida face ao ano anterior.

A oferta de depósitos á ordem e a prazo manteve a sua abrangência, incluindo soluções de depósitos tradicionais para vários prazos, depósitos à medida com data de vencimento determinada pelo Cliente, contas poupança e também os habituais leilões regulares de depósitos a prazo. De registar a assinalável procura do Depósito Já, uma aplicação a 3 meses reservada a novos Clientes que iniciam a sua relação

com o Banco e que se caracteriza pelo pagamento dos respetivos juros logo no início do depósito em vez do tradicional pagamento no final do prazo.

Ao nível das Contas Ordenado, manteve-se em 2012 o crescimento do número de Clientes com vencimento domiciliado, refletindo uma cada vez maior procura pelo Best enquanto primeiro banco do Cliente também para a gestão da componente transacional de banca tradicional, sendo de realçar, neste âmbito, a realização da iniciativa 'Domicilie e Ganhe'.

A carteira de crédito concedido aumentou 31% para 141 milhões de euros no final de 2012. O rácio de crédito vencido manteve-se a um nível contido, representando 1,6% do crédito concedido. Para este crescimento contribuiu significativamente a oferta de Conta Crédito Corrente colateralizado por ativos financeiros, produto de crédito iniciado ainda 2011 e que registou em 2012 um expressivo aumento de volumes de crédito concedido por esta via.

Aliada à transversalidade de finalidades passíveis de utilização do crédito concedido, incluindo a cobertura de necessidades pontuais de liquidez, realização de novos projetos profissionais e pessoais ou concretização de oportunidades nos mercados imobiliário e financeiro, entre outros, a Conta Crédito Corrente conta também com total flexibilidade de gestão e movimentação, *up & down*, de acordo com as preferências e objetivos em questão.

Igualmente, através da Conta Crédito Corrente, foi possível disponibilizar aos clientes uma estratégia de proteção da carteira de ativos sob gestão, permitindo capitalizar em todas as vantagens que a sua carteira de ativos financeiros detidos no Banco Best pode proporcionar: não apenas a própria rentabilidade potencial dos investimentos realizados, mas também a disponibilização de efetivas condições de crédito preferencial, de acordo com o envolvimento sob gestão, sem ter que desmobilizar esses investimentos financeiros sujeitos às pressões eventuais dos mercados financeiros.

Merece referência também, e em sintonia com a política definida pela entidade de supervisão, recentemente reforçada, o crescente investimento em iniciativas de controlo preventivo e reativo de risco de crédito, perspectiva que se prevê continuar a reforçar em 2013. Merece neste âmbito relevo particular a implementação do DL 227/2012, na sua dupla vertente, PARI e PERSI.

A carteira global de cartões de crédito registou um crescimento de 20% em 2012, alicerçado numa estratégia de progressiva disponibilização de meios de pagamento em novos clientes e atuais. Desta forma foi possível registar um crescimento de cerca de 12% nos volumes de faturação global com cartões de crédito, não obstante os fatores fortemente condicionantes do enquadramento social e económico em Portugal e que se foram agravando ao longo de 2012. O número de cartões de crédito ativos aumentou, ainda assim, e face ao ano anterior, em cerca de 7%. Merece referência para este crescimento o lançamento em Junho de 2012 do novo cartão *Best Gold American Express*, (AMEX) posicionado para o

segmento afluente e que veio complementar a oferta Visa já existente. O Cartão *AMEX* conta com uma proposta de valor reforçada em termos de seguros associados, bem como o acesso a um programa de atribuição de milhas no âmbito do programa Victoria da TAP, permitindo igualmente uma maior abrangência das marcas de cartões aceites nacional e internacionalmente. Manteve-se assim em 2012 a parceria com a TAP e o seu programa de fidelização de Clientes TAP Victoria, e onde se tem desenvolvido conjuntamente uma oferta regular e permanente de vantagens para os Clientes.

Igualmente a realçar o cartão Best Visa *iSavings*, cuja simplicidade da proposta de valor tem recolhido uma significativa preferência e aceitação pelos clientes, em particular pelos novos clientes, e que contribuiu de forma relevante também para o crescimento do parque de cartões de crédito e para a redução da *attrition rate* em termos globais, para valores historicamente mínimos.

No ano de 2012 o Banco manteve ativamente a política de diversificação das suas linhas de negócio com o crescimento da área de negócio que visa servir as necessidades específicas na área do *asset management* de um conjunto de clientes institucionais nacionais e internacionais. Esta área de negócio conta com um conjunto específico de ferramentas tecnológicas especialmente desenvolvidas, bem como um oferta individualizada de produtos e serviços e de apoio operacional próprios. Os diversos clientes institucionais que já trabalham com o Banco Best representam individualmente volumes de negócio de dimensão expressiva, representando no final de 2012 um volume de ativos sob custódia de 369 milhões de euros e de 1,6 milhões de euros em crédito concedido.

Os investimentos que o Banco Best promoveu durante o ano de 2012 na área informática visaram essencialmente aperfeiçoar e aprofundar os desenvolvimentos informáticos necessários para melhorar a eficácia das plataformas específicas para as áreas de negócio *wholesale* e internacional que servem de suporte á componente de expansão internacional do banco. Nesta área são de salientar os acordos estabelecidos com o *Saxo Bank*, instituição de crédito sediada na Dinamarca e que desenvolve a sua actividade a nível global, que visam apoiar esta instituição na utilização da plataforma de distribuição *on-line* de produtos de *asset management* e *trading* do Banco Best para distribuição, aos seus clientes, numa lógica *white label* em países e geografias seleccionadas, sendo que no ano de 2012 a atividade desta parceria com o *Saxo Bank* foi concentrada no mercado britânico, disponibilizando uma oferta dirigida a clientes de retalho *self-directed*, com um conjunto alargado de produtos de ações, *ETF's*, Fundos de Investimento (locais e estrangeiros), Certificados e Obrigações diversas.

No ano de 2012 face a uma conjuntura de recessão económica e de aumento de desemprego, o Banco Best incrementou a sua dinâmica de recrutamento a nível de novos colaboradores nas redes de Financial Advisors (promotores e agentes vinculados), tendo esta rede comercial aumentado em 91 novos FAs. Este conjunto de novos colaboradores teve consequentemente um peso muito significativo no volume de formação ministrado internamente, face ao objetivo do Best de assegurar a uma formação especializada da máxima qualidade e uma adequada integração dos novos colaboradores. Nesse âmbito e em 2012,

foram desenvolvidas ações de formação num total superior a 300 horas de formação e envolvendo os 91 novos colaboradores.

Relativamente aos colaboradores das redes comerciais internas e de suporte, foram igualmente desenvolvidas diversas iniciativas com parceiros externos, envolvendo formações presenciais na área de Inglês, *Microsoft Excel Avançado 2007*, Programação nas áreas de *Mobile Web Development* e cursos de Qualidade de Atendimento ao Cliente e Atendimento Telefónico. O Best apoiou também um conjunto de outras iniciativas na área de formação comportamental com destaque nomeadamente para a realização de certificações na área de *Coaching* para chefias comerciais e certificação de novos formadores internos.

Nas diversas vertentes formativas internas, foram ministradas no ano de 2012 mais de 7,7 mil horas de formação aos colaboradores do Banco, um valor superior em 19% ao verificado em 2011.

Relativamente às Demonstrações Financeiras de 2012, destaca-se a significativa desalavancagem do Balanço do Banco, com uma redução de 22% no total do ativo, que atingiu um valor de 385 milhões de euros no final do ano. Esta evolução do ativo deve-se à redução significativa das aplicações do banco em outras instituições de crédito, diminuição essa derivada diretamente do menor volume de recursos de clientes em balanço. Com efeito e durante o ano de 2012 os clientes aumentaram significativamente a proporção do seu património financeiro alocado em produtos de fora de balanço, como os fundos de investimento e títulos, reduzindo proporcionalmente a parte do seu património financeiro em depósitos à ordem e a prazo.

Relativamente à Margem Financeira é de salientar a redução significativa dos custos com juros pagos, incluindo depósitos de clientes, menos 32% face ao ano anterior, em função direta de uma evolução das taxas de juro de mercado em 2012 com trajetória consistente de redução sistemática, conjugada com uma tendência geral de redução das taxas de juro de depósitos a prazo em função do abrandamento da concorrência no mercado nacional pela captação de depósitos de clientes e dos limites impostos pelo Banco de Portugal relativamente aos valores das taxas de juros de depósitos a prazo. Desta forma e apesar de o valor dos juros recebidos pelas aplicações efetuadas pelo banco ter também sofrido uma redução de 7% em 2012, foi possível registar um crescimento de 48% na Margem Financeira, atingindo esta o valor de 6,1 milhões de euros.

A atividade relativa à gestão da carteira própria, conjugada com os resultados cambiais obtidos num contexto de manutenção da volatilidade cambial do euro face ao dólar americano, e levando também em conta outros resultados de exploração, gerou um conjunto de proveitos líquidos que registam um crescimento de 29% face aos resultados obtidos nestas áreas no ano anterior. Este crescimento foi acompanhado pela componente de comissões da conta de resultados cujo valor líquido regista um aumento líquido de 6% face ao ano anterior. Esta evolução nas rubricas de comissões traduz o

crescimento dos ativos de clientes em rubricas de fora de balanço como os fundos de investimento e os títulos, ativos financeiros naturalmente geradores de comissões em detrimento de margem financeira. O efeito conjugado do crescimento da margem financeira em conjunto com a evolução positiva das rubricas de comissões líquidas e ganhos e perdas em ativos financeiros, permitiu que o Produto Bancário atingisse os 32 milhões de euros em 2012, um crescimento de cerca de 23% face ao ano anterior.

A redução dos custos operacionais totais foi possível em função da contenção dos custos com pessoal que se mantiveram inalterados face ao ano anterior e pelas poupanças da ordem dos 6% alcançadas com a gestão muito criteriosa das outras despesas administrativas, representando em conjunto com as amortizações uma diminuição total superior a 1 milhão de euros face ao ano anterior.

Nas provisões para crédito e imparidades o Banco Best reforçou significativamente os seus valores em função dos critérios de extrema prudência transversais ao Grupo BES e de preparação para a eventualidade de uma degradação significativa da futura situação financeira dos titulares do crédito concedido. O reforço de 2,7 milhões de euros em 2012, em termos de valores de final do ano permitiu que fosse atingida uma cobertura de 182% do crédito vencido por provisões para crédito e imparidades.

Os capitais próprios do Banco Best foram reforçados em 2012 em função direta da incorporação integral dos resultados líquidos do exercício anterior, tendo o rácio *Core Tier 1* atingido 15,4%, mantendo-se assim em níveis relativamente confortáveis e acima dos valores de referência exigíveis aos bancos portugueses.

Não obstante o Banco Best ter utilizado ainda em 2012 o remanescente das deduções por prejuízos fiscais de anos anteriores resultantes do período de investimento inicial e lançamento da atividade do Banco Best, estas deduções não foram suficientes para impedir um crescimento significativo do valor da provisão para impostos sobre lucros para os 3 milhões de euros, cerca de 10 vezes superior ao valor do ano anterior e representando já uma taxa média de imposto sobre lucros na ordem dos 26%, incluindo a contribuição especial para o setor bancário.

Como indicadores sintéticos dos resultados obtidos pelo BEST em 2012 salientamos o *Cost to income* em 55%, o ROE em 20% e o Resultado Líquido do exercício ter atingido os 8,5 milhões de euros o que representa um crescimento de cerca de 20% face ao ano anterior.

III – Composição Acionista e Órgãos Sociais

No exercício de 2012 a composição acionista do Banco Best não sofreu alterações, mantendo-se o seguinte quadro:

Acionistas	Nº de ações	%
Espírito Santo Tech Ventures, SGPS, SA	21 398 220	33.96543%
Banco Espírito Santo, SA	20 181 680	32.03441%
Saxo Bank A/S	15 750 000	25.00000%
Espírito Santo Financial Group, SA	5 670 000	9.00000%
Banco Espírito Santo de Investimento, SA	100	0.00016%
Total	63 000 000	100.00000%

A composição dos Órgãos Sociais do BEST em 31 de dezembro de 2012 era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira (Presidente)

Henrik Klæbel (Secretário)

Conselho de Administração

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Presidente)

Isabel Maria Ferreira Possantes Rodrigues Cascão (Vice-Presidente)

Marília Boavida Correia Cabral (Vogal)

Pedro Alexandre Lemos Cabral das Neves (Vogal)

Francisco José Valente Hipólito dos Santos (Vogal)

Isabel Maria Carvalho de Almeida Bernardino (Vogal)

Ana Rita Gomes Barosa (Vogal)

Enrique Finkelstein (Vogal)

Rasmus Hagstad Lund (Vogal)

Conselho Fiscal

José Manuel Macedo Pereira (Presidente)

Luís Manuel Santos Botelho (Vogal)

Elísio Armando da Cruz Cardoso (Vogal)

Vogal Suplente: Paulo Alexandre Nunes Nogueira (Vogal Suplente)

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por Fernando Gustavo Duarte Antunes, revisor oficial de contas número 1233. (Efetivo)

Jean-Eric Gaign, revisor oficial de contas número 1013 (Suplente)

Secretário da Sociedade

Eugénio Fernando de Jesus Quintais Lopes

No Conselho de Administração de 1 de março de 2012 foi nomeado, por cooptação, face ao pedido de renúncia de Stig Pastwa na reunião do CA de 28 de setembro de 2011, o Administrador também designado pelo Saxo Bank, Rasmus Hagstad Lund, tendo esta nomeação sido ratificada pela Assembleia Geral do BEST de 30 de março de 2012.

IV - Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Em 1 de fevereiro de 2013 a Administradora Ana Rita Gomes Barosa apresentou o seu pedido de renúncia ao cargo de Administradora do Banco Best por motivos de incompatibilidade nos termos do disposto na Lei n.º 64/03, de 26 de agosto e atendendo ao início do seu exercício de funções governativas.

V – Perspetivas de atividade futura

As perspetivas macroeconómicas para o ano de 2013 são de crescimento económico mundial em abrandamento e até mesmo recessão mais ou menos prolongada em algumas regiões, nomeadamente na Zona Euro. Estas perspetivas externas poderão ter impactos negativos na economia portuguesa, em particular nos setores exportadores, tornando provavelmente mais difícil a Portugal o cumprimento do programa de ajustamento em curso e do processo de desalavancagem em vários setores, particularmente no setor financeiro. Os aumentos da carga fiscal já previstos no Orçamento de Estado para 2013 e o facto de a taxa de desemprego dever continuar a subir são fatores que poderão provocar impactos negativos na capacidade de aforro e poupança dos portugueses.

Não obstante estas incertezas e fatores negativos da economia portuguesa e capitalizando o tipo de competências nucleares em que tem baseado a sua progressão, o Banco Best projeta o desenvolvimento da sua atividade em 2013 nas seguintes principais linhas de atuação:

- Desenvolvimento das áreas de negócio internacional e *wholesale* naturalmente menos expostas às condicionantes negativas que afetam o mercado de particulares em Portugal, expandindo e aprofundando a prestação de serviços de *Asset Management* e *Trading* a clientes institucionais;
- Aumentar a diversificação e independência da sua oferta financeira, mantendo uma gama alargada de produtos e serviços de *Asset Management* e de *Trading* que visa a satisfação das necessidades

de diversificação de ativos financeiros e moedas e permite aos clientes aproveitar rapidamente as oportunidades de investimento que vão surgindo em função do enquadramento financeiro em permanente mudança;

- Aprofundamento das oportunidades de venda cruzada designadamente através da refinação da oferta de crédito colateralizado adaptada ao património dos clientes de *Asset Management* e *Trading* e aproveitando o potencial de crescimento possibilitado pelo atual baixo rácio de transformação de depósitos em crédito;
- Contínuas melhorias e até reformulações de maior alcance nos canais de distribuição dos produtos e serviços financeiros, bancários e seguradores em particular através do *website* e do canal *mobile*, que apresentam um interessante potencial de melhoria de eficiência e eficácia ainda por aproveitar;

Por outro lado e simultaneamente mantém-se o esforço de controlo e contenção de custos, visando a melhoria dos níveis de eficiência do banco num contexto de mercado fortemente concorrencial, procurando contudo manter-se os investimentos no desenvolvimento da plataforma informática de forma a suportar a futura expansão nacional e internacional do Banco Best.

VI - Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da alínea f) do nº 5 do artº 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração do Banco Best propõe para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, que o resultado líquido apurado no exercício, positivo no montante de 8.455.411,93 euros (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e onze euros e noventa e três cêntimos) seja objeto da seguinte aplicação:

- 845.541,19 euros para Reserva Legal
- 7.609.870,74 euros transferido para a conta de Resultados Transitados para cobertura parcial dos resultados negativos de exercícios anteriores.

VII – Referências finais

Ao concluir o Relatório de Gestão relativo à atividade desenvolvida em 2012, o Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela cooperação dispensada, no âmbito das suas atribuições, a todos quanto contribuíram para a realização dos objetivos estabelecidos, designadamente:

- Às Autoridades Monetárias e Financeiras e entidades de supervisão, nomeadamente o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e o Instituto de Seguros de Portugal pela colaboração e apoio sempre manifestado;
- Aos nossos Clientes pela confiança e preferência demonstrada;
- Aos Acionistas pelo seu apoio constante e acompanhamento interessado na atividade do Banco;

- Aos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas e ao Secretário da Sociedade pela atitude participativa e construtiva sempre manifestada;
- Aos Colaboradores, pelo empenhamento, motivação, disponibilidade e competência profissional demonstrada;
- A Ana Rita Gomes Barosa, que apresentou a sua resignação de Vogal do Conselho de Administração no dia 1 de fevereiro de 2013, pelo contributo que deu ao desenvolvimento do Banco Best.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração:

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Isabel Maria Ferreira Possantes Rodrigues Cascão

Isabel Maria Carvalho de Almeida Bernardino

Enrique Finkelstein

Rasmus Hagstad Lund

Marília Boavida Correia Cabral

Pedro Alexandre Lemos Cabral das Neves

Francisco José Valente Hipólito dos Santos

BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(em milhares de euro)

BALANÇO	ANO			ANO ANTERIOR
	VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES, IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	
ACTIVO				
1.Caixa e disponibilidades em bancos centrais.....	0	0	0	0
2.Disponibilidades em outras instituições de crédito.....	91 039	0	91 039	163 573
3.Activos financeiros detidos para negociação.....	0	0	0	254
4.Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados.....	0	0	0	0
5.Activos financeiros disponíveis para venda.....	81 157	167	80 990	67 443
6.Aplicações em instituições de crédito.....	70 234	0	70 234	150 051
7.Crédito a clientes.....	141 362	3 225	138 137	106 841
8.Investimentos detidos até à maturidade.....	0	0	0	0
9.Activos com acordo de recompra.....	0	0	0	0
10.Derivados de cobertura.....	0	0	0	42
11.Activos não correntes detidos para venda.....	0	0	0	0
12.Propriedades de investimento.....	0	0	0	0
13.Outros activos tangíveis.....	4 785	3 121	1 664	1 757
14.Activos intangíveis.....	11 105	11 098	7	11
15. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.....	0	0	0	0
16.Activos por impostos correntes.....	0	0	0	221
17.Activos por impostos diferidos.....	589	0	589	0
18.Outros activos.....	2 171	0	2 171	3 220
TOTAL DO ACTIVO	402 442	17 611	384 831	493 413
PASSIVO				
1.Reursos de bancos centrais.....	0	0	0	0
2.Passivos financeiros detidos para negociação.....	27	0	27	57
3.Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados.....	0	0	0	0
4.Reursos de outras instituições de crédito.....	18 190	0	18 190	22 426
5.Reursos de clientes e outros empréstimos.....	306 306	0	306 306	421 445
6.Responsabilidades representadas por títulos.....	0	0	0	0
7.Passivos financeiros associados a activos transferidos.....	0	0	0	0
8.Derivados de cobertura.....	52	0	52	4 747
9.Passivos não correntes detidos para venda.....	0	0	0	0
10.Provisões.....	976	0	976	800
11.Passivos por impostos correntes.....	3 350	0	3 350	177
12.Passivos por impostos diferidos.....	0	0	0	0
13.Instrumentos representativos de capital.....	0	0	0	0
14.Outros passivos subordinados.....	0	0	0	0
15.Outros passivos.....	4 266	0	4 266	3 772
TOTAL DO PASSIVO	333 167	0	333 167	453 424
CAPITAL				
16.Capital.....	63 000	0	63 000	63 000
17.Prémios de emissão.....	-8	0	-8	-8
18.Outros instrumentos de capital.....	0	0	0	0
19.Acções próprias.....	0	0	0	0
20.Reservas de reavaliação.....	-179	0	-179	-3 399
21.Outras reservas e resultados transitados.....	-19 604	0	-19 604	-26 663
22.Resultado do exercício.....	8 455	0	8 455	7 059
23.Dividendos antecipados.....	0	0	0	0
TOTAL DO CAPITAL	51 664	0	51 664	39 989
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	384 831	0	384 831	493 413

BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(em milhares de euro)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	ANO	ANO ANTERIOR
1. Juros e rendimentos similares.....	12 176	13 079
2. Juros e encargos similares.....	6 029	8 924
Margem Financeira	6 147	4 155
3. Rendimentos de instrumentos de capital.....	30	29
4. Rendimentos de serviços e comissões.....	15 633	14 802
5. Encargos com serviços e comissões.....	4 692	4 485
6. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.....	(209)	398
7. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda.....	115	(49)
8. Resultados de reavaliação cambial.....	14 124	11 193
9. Resultados de alienação de outros activos.....	0	1 135
10. Outros resultados de exploração.....	807	(1 188)
Produto bancário	31 955	25 990
11. Custos com pessoal.....	6 397	6 387
12. Gastos gerais administrativos.....	10 830	11 564
13. Amortizações do exercício.....	433	776
14. Provisões líquidas de reposições e anulações.....	176	(368)
15. Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações).....	2 579	293
16. Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações.....	0	(47)
17. Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações.....	0	0
Resultado antes de impostos	11 540	7 385
Impostos	3 085	326
18. Correntes.....	3 674	326
19. Diferidos.....	(589)	0
Resultado após impostos	8 455	7 059
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas.....	0	0

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
E NOTAS ÀS CONTAS

BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Juros e proveitos similares	5	12 176	13 079
Juros e custos similares	5	6 029	8 924
Margem financeira		6 147	4 155
Rendimentos de instrumentos de capital		30	29
Rendimentos de serviços e comissões	6	15 633	14 802
Encargos com serviços e comissões	6	(4 692)	(4 485)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(209)	398
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	115	(49)
Resultados de reavaliação cambial	9	14 124	11 193
Resultados na alienação de outros activos financeiros		-	1 135
Outros resultados de exploração	10	807	(1 188)
Proveitos operacionais		31 955	25 990
Custos com pessoal	11	6 397	6 387
Gastos gerais administrativos	12	10 830	11 564
Depreciações e amortizações	20 e 21	433	776
Provisões líquidas de anulações	25	176	(368)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	18	2 579	293
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	16	-	(47)
Custos operacionais		20 415	18 605
Resultado antes de impostos		11 540	7 385
Impostos			
Correntes	26	3 674	326
Diferidos	26	(589)	-
Resultado líquido do exercício		8 455	7 059
Resultados por ação básicos (Euros)	13	0,13	0,11
Resultados por ação diluídos (Euros)	13	0,13	0,11

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Resultado líquido do exercício	<u>8 455</u>	<u>7 059</u>
Outro rendimento integral do período depois de impostos		
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	<u>3 220</u>	<u>(638)</u>
	<u>3 220</u>	<u>(638)</u>
Total do rendimento integral do exercício	<u><u>11 675</u></u>	<u><u>6 421</u></u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Ativo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	91 039	163 573
Ativos financeiros detidos para negociação	15	-	254
Ativos financeiros disponíveis para venda	16	80 990	67 443
Aplicações em instituições de crédito	17	70 234	150 051
Crédito a clientes	18	138 137	106 841
Derivados para gestão do risco	19	-	42
Outros ativos tangíveis	20	1 664	1 757
Ativos intangíveis	21	7	11
Ativos por impostos correntes		-	221
Ativos por impostos diferidos	26	589	-
Outros ativos	22	2 171	3 220
Total de Ativo		384 831	493 413
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	15	27	57
Recursos de outras instituições de crédito	23	18 190	22 426
Recursos de clientes	24	306 306	421 445
Derivados para gestão do risco	19	52	4 747
Provisões	25	976	800
Passivos por impostos correntes		3 350	177
Outros passivos	27	4 266	3 772
Total de Passivo		333 167	453 424
Capital Próprio			
Capital	28	63 000	63 000
Reservas de justo valor	29	(179)	(3 399)
Outras reservas e resultados transitados	29	(19 612)	(26 671)
Resultado líquido do exercício		8 455	7 059
Total de Capital Próprio		51 664	39 989
Total de Passivo e Capital Próprio		384 831	493 413

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	Capital	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	63 000	(2 761)	(32 500)	5 829	33 568
Rendimento integral:					
Alterações de justo valor (ver Nota 29)	-	(638)	-	-	(638)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	7 059	7 059
Total do rendimento integral	-	(638)	-	7 059	6 421
Constituição de reservas	-	-	5 829	(5 829)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	63 000	(3 399)	(26 671)	7 059	39 989
Rendimento integral:					
Alterações de justo valor (ver Nota 29)	-	3 220	-	-	3 220
Resultado líquido do exercício	-	-	-	8 455	8 455
Total do rendimento integral	-	3 220	-	8 455	11 675
Constituição de reservas	-	-	7 059	(7 059)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	63 000	(179)	(19 612)	8 455	51 664

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		12 494	12 602
Juros e custos pagos		(6 134)	(7 844)
Serviços e comissões recebidas		15 633	14 802
Serviços e comissões pagas		(4 692)	(4 485)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(16 914)	(17 977)
		387	(2 902)
<i>Variação nos ativos e passivos operacionais:</i>			
Compra de ativos financeiros ao justo valor através de resultados		224	235
Venda de activos financeiros ao justo valor através de resultados		(209)	1 223
Aplicações em outras instituições de crédito		80 008	(69 649)
Recursos de outras instituições de crédito		1 148	(41 148)
Crédito a clientes		(34 156)	(9 870)
Recursos de clientes		(115 041)	66 198
Derivados para gestão do risco		(4 653)	(1 819)
Outros activos e passivos operacionais		31 993	(820)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(40 299)	(58 552)
Impostos sobre os lucros pagos		(280)	(378)
		(40 579)	(58 930)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Dividendos recebidos		30	29
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda		(377 403)	(694)
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda		337 004	150 385
Maturidades de investimentos detidos até à maturidade		-	10 808
Compra de imobilizações		(333)	(124)
		(40 702)	160 404
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(81 281)	101 474
Caixa e equivalentes no início do exercício		155 258	42 591
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		14 124	11 193
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(81 281)	101 474
Caixa e equivalentes no fim do período		88 101	155 258
Caixa e equivalentes engloba:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	91 039	163 573
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória (a)		(2 938)	(8 315)
Total		88 101	155 258

(a) o BEST constitui as suas reservas mínimas indiretamente através do Banco Espírito Santo, S.A (ver Nota 14)

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total, S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em milhares de euros, exceto quando indicado)

NOTA 1 – ATIVIDADE

O BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total, S.A. (Banco ou BEST) é uma instituição financeira com sede em Portugal. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, Banco Central e demais agentes reguladores para operar em Portugal.

O BEST foi constituído por escritura pública de 9 de maio de 2001, com o capital social de 32 422 milhares de euros, tendo iniciado a sua atividade em 25 de junho desse ano. Em 2002 e 2003 o Banco aumentou o capital social para 43 000 e 55 000 milhares de euros, respetivamente (ver Nota 28). Em 2005, ocorreu um novo aumento de capital para 61 000 milhares de euros, e em 2006 passou a 63 000 milhares de euros.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de crédito, em títulos e em outros ativos, prestando ainda outros serviços bancários no país.

Com o objetivo de aliar o dinamismo e capacidade de inovação do BEST à experiência do Banco Espírito Santo, S.A. (BES), foi celebrado com essa instituição, em 2001, um contrato de prestação de serviços, no sentido de assegurar o funcionamento das suas áreas administrativas e operacionais.

Desde a sua constituição, o Banco faz parte do Grupo Banco Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas integralmente pelo BES, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. A partir de 2009, o Saxo Bank passou a consolidar o Banco pelo método de equivalência patrimonial, em virtude da participação adquirida.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Eletrónico de Serviço Total, S.A. (Banco ou BEST) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BEST agora apresentadas, reportam-se ao exercício de findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro de 2012.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de dezembro de 2011.

Contudo e tal como descrito na Nota 34, o Banco adotou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adotadas em conformidade. A adoção destas novas normas e interpretações em 2012 não teve um efeito material nas contas do Banco.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 34.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objeto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram apreciadas pela Comissão Executiva no dia 22 de fevereiro de 2013, e serão apresentadas em reunião do Conselho de Administração prevista para o dia 14 de março de 2013.

2.2. Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças

relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são reconhecidas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos ativos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

(i) À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;

- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte inefetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respetivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de ativos financeiros.

O Banco, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão do risco) com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.3. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.5.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objetiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes fatores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o setor financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não exista evidência objetiva de imparidade numa ótica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado coletivamente – análise da imparidade numa base coletiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação coletiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Caso estejamos perante um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflete os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base coletiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada coletivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflita a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao ativo.

2.5. Outros ativos financeiros

Classificação

O Banco classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 15 contém um sumário dos ativos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) investimentos ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registrados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registrados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efetuadas com base no justo valor dos ativos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respetivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do ativo, com base no método da taxa efetiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efetiva.

Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registradas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as ações ou outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor de mercado abaixo do seu valor de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos investimentos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Ativos cedidos com acordo de recompra e empréstimo de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (reverse repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente.

2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.10. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.11. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.12. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.13. Benefícios aos empregados

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração, são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.14. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.15. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor atual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.16. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro

efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão do risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.17. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

2.18. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.19. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.20. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Bancos Centrais e outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais (os quais são constituídos através do Banco Espírito Santo, SA).

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao de aquisição;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas, quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4. Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efetuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os ativos detidos até à maturidade são objeto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efetuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS

Considerando que o Banco não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco não apresenta informação relativa aos segmentos.

NOTA 5 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	De ativos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De ativos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	3 729	-	3 729	4 766	-	4 766
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	3 687	-	3 687	4 224	-	4 224
Juros de crédito	4 709	-	4 709	3 804	-	3 804
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	26	26
Juros de derivados para gestão de risco	-	51	51	-	101	101
Juros de investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	158	-	158
	<u>12 125</u>	<u>51</u>	<u>12 176</u>	<u>12 952</u>	<u>127</u>	<u>13 079</u>
Juros e custos similares						
Juros de recursos de clientes	5 780	36	5 816	7 156	225	7 381
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	164	-	164	482	-	482
Juros de derivados para gestão de risco	-	49	49	-	1 061	1 061
	<u>5 944</u>	<u>85</u>	<u>6 029</u>	<u>7 638</u>	<u>1 286</u>	<u>8 924</u>
	6 181	(34)	6 147	5 314	(1 159)	4 155

A rubrica de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco inclui, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3, os juros de derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita nas Notas 2.4, 2.5 e 2.7.

NOTA 6 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	8 507	8 310
Por operações realizadas com títulos	6 350	5 327
Por compromissos perante terceiros	12	9
Outros rendimentos de serviços e comissões	764	1 156
	15 633	14 802
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas com títulos	311	463
Por serviços bancários prestados por terceiros	612	779
Outros encargos com serviços e comissões	3 769	3 243
	4 692	4 485
	10 941	10 317

NOTA 7 – RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos e passivos detidos para negociação						
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	57	277	(220)	258	485	(227)
Contratos sobre taxas de juro	12	56	(44)	13	88	(75)
Contratos sobre acções/índices	4 787	576	4 211	18 899	15 752	3 147
	4 856	909	3 947	19 170	16 325	2 845
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	-	-	-	38	23	15
Ativos financeiros ⁽¹⁾						
Crédito a clientes	15	-	15	37	-	37
Passivos financeiros ⁽¹⁾						
Recursos de clientes	6	4 177	(4 171)	426	2 925	(2 499)
	21	4 177	(4 156)	501	2 948	(2 447)
	4 877	5 086	(209)	19 671	19 273	398

(1) Inclui a variação de justo valor de ativos/passivos objeto de cobertura ou *fair value option*

NOTA 8 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	1	(1)	-	-	-
De outros emissores	222	106	116	-	47	(47)
Ações	-	-	-	-	2	(2)
	222	107	115	-	49	(49)

NOTA 9 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	15 668	1 544	14 124	14 665	3 472	11 193
	15 668	1 544	14 124	14 665	3 472	11 193

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 10 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Outros proveitos de exploração	2 093	573
Outros custos de exploração		
Impostos diretos e indiretos	98	135
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	88	71
Quotizações e donativos	20	-
Outros	1 080	1 555
	1 286	1 761
	807	(1 188)

Os impostos diretos e indiretos incluem 43 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Setor Bancário (31 de dezembro de 2011: 78 milhares de euros), criada através da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro (ver Nota 26).

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de Outros inclui um custo de 478 milhares de euros relativos ao Sistema de Indemnização aos Investidores.

NOTA 11 – CUSTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2012, o número de colaboradores do Banco é de 161 (31 de dezembro de 2011: 171).

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Vencimentos e salários	5 140	5 170
Outros encargos sociais obrigatórios	1 043	1 069
Outros custos	214	148
	6 397	6 387

As remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração do Banco são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	262	262
Benefícios pós emprego e outros encargos sociais	38	33
Remunerações variáveis	74	36
	374	331
Conselho fiscal	10	10
	384	341

Em 31 de dezembro de 2012, o valor do crédito concedido aos Órgãos de Gestão do Banco ascendia a 3 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 5 milhares de euros).

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Banco analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Funções directivas	33	26
Funções específicas	111	117
Funções administrativas	17	28
	161	171

NOTA 12 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Publicidade e publicações	2 112	2 095
Comunicações e expedição	1 198	1 132
Rendas e alugueres	1 451	1 438
Deslocações e representação	202	244
Material de consumo corrente	83	70
Água, energia e combustíveis	164	159
Transportes	26	18
Seguros	91	44
Conservação e reparação	34	40
Formação	53	65
Serviços de Informática	2 422	2 898
Judiciais, contencioso e notariado	4	18
Mão-de-obra eventual	14	71
Sistema electrónico de pagamentos	150	103
Segurança e vigilância	2	4
Trabalho Independente	49	74
Call Center	874	956
Cedência de recursos humanos	1 285	1 612
Outros custos	616	523
	10 830	11 564

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até um ano	295	275
De um a cinco anos	435	377
	730	652

Os honorários faturados durante os exercícios de 2012 e 2011 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas detalham-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Serviços de Revisão legal das contas	15	16
Outros serviços de garantia de fiabilidade decorrentes da função de Revisor oficial de contas	17	37
Valor total dos serviços faturados	32	53

NOTA 13 – RESULTADOS POR AÇÃO

Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco	<u>8 455</u>	<u>7 059</u>
Número médio de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>63 000</u>	<u>63 000</u>
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do Banco (em euros)	0,13	0,11

Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

NOTA 14 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	57 036	136 871
Cheques a cobrar	280	144
	<u>57 316</u>	<u>137 015</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Outras disponibilidades	33 723	26 558
	<u>33 723</u>	<u>26 558</u>
	<u>91 039</u>	<u>163 573</u>

De acordo com o artigo 10º do Regulamento n.º 2818/98 do Banco Central Europeu de 1 de dezembro, e através da carta circular com referência n.º 204/DMRCF/DMC de 5 de junho de 2001, o Banco de Portugal autorizou o BEST a constituir as suas reservas mínimas indiretamente através do Banco Espírito Santo, S.A. Mensalmente o BEST regulariza através de uma conta de depósito junto do BES o valor respeitante ao nível mínimo de reservas de caixa a constituir. A 31 de dezembro de 2012, o saldo daquela conta era de 2 938 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 8 315 milhares de euros), tendo a taxa média de remuneração no ano sido de 0,9% (31 de dezembro de 2011: 1,25%).

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

NOTA 15 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Ativos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	-	254
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos financeiros com justo valor negativo	27	57

Os instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Ativo	Passivo		Ativo	Passivo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	1 086	-	27	6 117	250	57
- vendas	1 114			5 925		
	2 200	-	27	12 042	250	57
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps	-	-	-	2 200	4	-
TOTAL	2 200	-	27	14 242	254	57

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos instrumentos financeiros de negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012		31.12.2011	
	Nocial	Justo valor	Nocial	Justo valor
Até 3 meses	2 200	(27)	12 042	193
De 3 meses a um ano	-	-	2 200	4
	2 200	(27)	14 242	197

NOTA 16 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1 350	225	-	-	1 575
De outros emissores	79 259	34	(438)	-	78 855
Ações	560	-	-	-	560
Outros títulos de rendimento variável	167	-	-	(167)	-
Saldo a 31 de dezembro de 2012	81 336	259	(438)	(167)	80 990
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1 164	-	(287)	-	877
De outros emissores	69 129	4	(3 116)	-	66 017
Ações	549	-	-	-	549
Outros títulos de rendimento variável	167	-	-	(167)	-
Saldo a 31 de dezembro de 2011	71 009	4	(3 403)	(167)	67 443

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital, e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de ativos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

O detalhe dos títulos dados em garantia pelo Banco é apresentado na Nota 30.

Não se verificou qualquer movimento nas perdas por imparidade para Ativos financeiros disponíveis para venda.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento de Ativos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	11 222	657
De 3 meses a um ano	60 000	-
De um a cinco anos	3 795	60 590
Mais de cinco anos	5 413	5 647
Duração indeterminada	560	549
	80 990	67 443

Esta rubrica no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 575	-	1 575	877	-	877
De outros emissores	3 696	75 159	78 855	4 258	61 759	66 017
Ações	-	560	560	-	549	549
	5 271	75 719	80 990	5 135	62 308	67 443

NOTA 17 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	70 234	140 288
	70 234	140 288
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Empréstimos	-	9 763
	-	9 763
	70 234	150 051

As principais aplicações em Instituições de crédito no país, em 31 de dezembro de 2012, vencem juros à taxa média anual de 1,63% (31 de dezembro de 2011: 1,09%).

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento das Aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	70 234	147 815
De um a cinco anos	-	2 236
	70 234	150 051

NOTA 18 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	46 686	39 532
A particulares		
Consumo e outros	83 364	60 270
	130 050	99 802
Crédito ao exterior		
A particulares		
Consumo e outros	9 070	6 507
	9 070	6 507
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	92	379
De 3 meses a 1 ano	1 006	580
De 1 a 3 anos	970	186
Há mais de 3 anos	174	91
	2 242	1 236
	141 362	107 545
Perdas por imparidade	(3 225)	(704)
	138 137	106 841

O escalonamento do crédito a clientes, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, por prazos de vencimento, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	28 045	19 349
De 3 meses a um ano	88 965	61 161
De um a cinco anos	18 272	22 541
Mais de cinco anos	3 838	3 258
Duração indeterminada	2 242	1 236
	141 362	107 545

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas como correção aos valores do crédito no ativo, foram os seguintes:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	704	906
Dotações	2 718	864
Utilizações	(58)	(495)
Reversões	(139)	(571)
Saldo Final	3 225	704

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, o Banco tem 855 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de dezembro de 2011: 679 milhares de euros), as quais de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (ver Nota 25).

NOTA 19 – DERIVADOS PARA GESTÃO DO RISCO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o justo valor dos derivados para gestão do risco, analisam-se como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Derivados de cobertura	Derivados para gestão do risco	Total	Derivados de cobertura	Derivados para gestão do risco	Total
Derivados para gestão do risco						
Derivados para gestão do risco - Activo	-	-	-	-	42	42
Derivados para gestão do risco - Passivo	(52)	-	(52)	(36)	(4 711)	(4 747)
	(52)	-	(52)	(36)	(4 669)	(4 705)
Justo valor dos Activos e Passivos cobertos						
Activos financeiros						
Crédito a clientes	51	-	51	37	-	37
	51	-	51	37	-	37
Passivos financeiros						
Recursos de clientes	-	-	-	-	3 920	3 920
	-	-	-	-	3 920	3 920
	51	-	51	37	3 920	3 957

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.3, a rubrica de Derivados para gestão do risco inclui os derivados de cobertura e os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as operações de cobertura de justo valor não apresentam inefetividade.

Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de dezembro de 2012 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
<i>Interest Rate Swap</i>	Crédito a clientes	Taxa de Juro	600	(52)	(15)	51	15
			600	(52)	(15)	51	15

⁽¹⁾ Atribuível ao risco coberto

⁽²⁾ Inclui juro corrido

(milhares de euros)

31.12.2011							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
<i>Interest Rate Swap</i>	Crédito a clientes	Taxa de Juro	666	(36)	(37)	37	37
			666	(36)	(37)	37	37

⁽¹⁾ Atribuível ao risco coberto

⁽²⁾ Inclui juro corrido

Outros derivados para gestão do risco

Os outros derivados para gestão do risco incluem instrumentos destinados a cobrir o risco associado a determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita na Nota 2.3 e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura. A 31 de dezembro de 2012 o Banco não registava derivados para gestão de risco. A 31 de dezembro de 2011 o detalhe destes instrumentos é como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2011						
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
	Passivo							
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de clientes	1 350	37	(38)	(7)	37	298	292
<i>Index Swap</i>	Recursos de clientes	9 817	(4 706)	3 147	3 927	(2 499)	4 330	8 257
		11 167	(4 669)	3 109	3 920	(2 462)	4 628	8 549

As operações de derivados para gestão do risco a 31 de dezembro de 2012 e 2011, em termos de prazos de vencimento, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012		31.12.2011	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	-	-	9 817	(4 706)
De 3 meses a um ano	-	-	1 350	37
Mais de cinco anos	600	(52)	666	(36)
	600	(52)	11 833	(4 705)

NOTA 20 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Imóveis		
Beneficiações em edifícios arrendados	1 208	1 235
	1 208	1 235
Equipamento		
Equipamento informático	1 495	1 296
Mobiliário e material	1 412	1 306
Máquinas e ferramentas	105	107
Instalações interiores	508	503
Equipamento de segurança	56	56
Outros	1	1
	3 577	3 269
Imobilizações em curso	-	4
	4 785	4 508
Depreciação acumulada	(3 121)	(2 751)
	1 664	1 757

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de dezembro de 2010	1 206	3 165	20	4 391
Adições	-	84	33	117
Transferências	29	20	(49)	-
Saldo a 31 de dezembro de 2011	1 235	3 269	4	4 508
Adições	4	213	116	333
Abates / vendas	(31)	(25)	-	(56)
Transferências	-	120	(120)	-
Saldo a 31 de dezembro de 2012	1 208	3 577	-	4 785
Depreciações				
Saldo a 31 de dezembro de 2010	395	1 937	-	2 332
Depreciações do exercício	121	299	-	420
Outros movimentos	-	(1)	-	(1)
Saldo a 31 de dezembro de 2011	516	2 235	-	2 751
Depreciações do exercício	119	308	-	427
Abates / vendas	(31)	(26)	-	(57)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	604	2 517	-	3 121
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2012	604	1 060	-	1 664
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2011	719	1 034	4	1 757

NOTA 21 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	11 105	11 103
Amortização acumulada	(11 098)	(11 092)
	7	11

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)		
	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição			
Saldo a 31 de dezembro de 2010	11 097	-	11 097
Adições:			
Adquiridas a terceiros	6	-	6
Saldo a 31 de dezembro de 2011	11 103	-	11 103
Adições:			
Adquiridas a terceiros	2	-	2
Saldo a 31 de dezembro de 2012	11 105	-	11 105
Amortizações			
Saldo a 31 de dezembro de 2010	10 736	-	10 736
Amortizações do exercício	356	-	356
Saldo a 31 de dezembro de 2011	11 092	-	11 092
Amortizações do exercício	6	-	6
Saldo a 31 de dezembro de 2012	11 098	-	11 098
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2012	7	-	7
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2011	11	-	11

NOTA 22 – OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros ativos a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Devedores e outras aplicações	505	1 248
Outros ativos	14	14
Proveitos a receber	982	947
Despesas com custo diferido	670	1 011
	2 171	3 220

NOTA 23 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
No país		
Depósitos em instituições de crédito no país	9 259	12 303
Operações com acordo de recompra	3 311	2 954
Outros recursos	21	3 685
	12 591	18 942
No estrangeiro		
Depósitos	5 599	3 484
	5 599	3 484
	18 190	22 426

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	14 878	15 875
De 3 meses a um ano	3 312	6 551
	18 190	22 426

NOTA 24 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quando à sua natureza, como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Depósitos à vista	190 294	149 851
Depósitos a prazo	113 432	267 085
Depósitos de poupança	1 165	3 502
Outros recursos	1 415	1 007
	306 306	421 445

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Exigível à vista	190 294	149 851
Exigível a prazo		
Até 3 meses	106 922	205 356
De 3 meses a um ano	6 285	63 955
De um a cinco anos	257	223
Mais de cinco anos	2 548	2 060
	116 012	271 594
	306 306	421 445

NOTA 25 – PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica Provisões inclui a provisão para riscos gerais de crédito no valor de 855 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 679 milhares de euros) e provisões para outros riscos e encargos no valor de 121 milhares de euros. O movimento ocorrido nesta rubrica apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)		
	Provisão para riscos gerais de crédito	Outras provisões	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2010	1 035	155	1 190
Dotações / (Reversões)	(356)	(12)	(368)
Utilizações	-	(22)	(22)
Saldo a 31 de dezembro de 2011	679	121	800
Dotações / (Reversões)	176	-	176
Saldo a 31 de dezembro de 2012	855	121	976

NOTA 26 – IMPOSTOS

O Banco está sujeito à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2012 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, a Lei nº2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional de 3% referente à Derrama Estadual que incide sobre lucros tributáveis entre 1,5 milhões e 10 milhões de Euros, nos termos previstos na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012).

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5% de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

As declarações de autoliquidação do Banco ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do que, no contexto das demonstrações financeiras individuais, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Em 31 de dezembro de 2012, o Banco não apresenta prejuízos fiscais reportáveis (31 de Dezembro de 2011: 1 981 milhares de euros).

O imposto sobre o rendimento reportado explica-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Imposto corrente	3 674	326
Imposto diferido	(589)	-
Total do imposto registado em resultados	3 085	326

Em 31 de dezembro de 2012 o BEST reconheceu impostos diferidos ativos no valor de 589 milhares de euros relativos a diferenças temporárias nas provisões para crédito.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2012		31.12.2011	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		11 540		7 385
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Bancário		43		78
		11 583		7 463
Taxa de imposto	29,5		29,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		3 417		2 164
Custos não dedutíveis		264		
Alterações nas estimativas		(197)		
Utilização de prejuízos fiscais relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	0,0	(495)	(29,0)	(2 142)
Outros	0,8	96	4,1	304
	26,7	3 085	4,4	326

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Setor Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal. A 31 de dezembro de 2012 o Banco reconheceu como custo do exercício o valor de 43 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 78 milhares de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados de exploração – Impostos diretos e indiretos (ver Nota 10).

NOTA 27 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	1 155	657
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	1 283	823
Credores por contratos de futuros e opções	-	275
Contas cativas	163	142
Outros credores	459	80
	3 060	1 977
Custos a pagar		
Custos com pessoal	791	938
Outros	3	545
	794	1 483
Receitas com proveito diferido	139	153
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	273	159
	4 266	3 772

NOTA 28 – CAPITAL

Ações ordinárias

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social do Banco é de 63 000 milhares de euros, representado por 63 milhões de ações, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Durante o exercício de 2002, o Banco aumentou o seu capital social de 32 422 milhares de euros para 43 000 milhares de euros, através da emissão de 10 578 milhares de ações ordinárias com valor nominal de 1 euro cada, o qual foi integralmente subscrito e realizado em dinheiro. Em fevereiro de 2003 o Banco procedeu a novo aumento de capital, através da emissão de 12 milhões de ações ordinárias com o valor nominal de 1 euro cada. Em 2005, o capital foi aumentado através da emissão de 6 milhões de ações ordinárias e em 2006 foi novamente aumentado através da emissão de 2 milhões de ações.

A composição acionista do Banco é como segue:

	% Capital	
	31.12.2012	31.12.2011
ES Tech Ventures, SGPS, S.A.	33,97%	33,97%
Banco Espírito Santo, S.A.	32,03%	32,03%
Saxo Bank, A/S	25,00%	25,00%
Espírito Santo Financial Group	9,00%	9,00%
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ^(a)	0,00%	0,00%
	100,00%	100,00%

^(a) detém 100 ações do Banco BEST

NOTA 29 – RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao setor bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Durante os exercícios de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor	Outras Reservas e Resultados Transitados		
		Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(2 761)	884	(33 384)	(32 500)
Alterações de justo valor	(638)	-	-	-
Constituição de reservas	-	583	5 246	5 829
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(3 399)	1 467	(28 138)	(26 671)
Alterações de justo valor	3 220	-	-	-
Constituição de reservas	-	706	6 353	7 059
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(179)	2 173	(21 785)	(19 612)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	81 336	71 009
Imparidade acumulada reconhecida	(167)	(167)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	81 169	70 842
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	80 990	67 443
Ganhos / (perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(179)	(3 399)

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	(3 399)	(2 761)
Variação de justo valor	3 335	(687)
Alienações do exercício	(115)	49
Saldo no final do exercício	(179)	(3 399)

NOTA 30 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Para além dos instrumentos financeiros derivados, existiam em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	380	565
Activos dados em garantia	1 561	1 073
	<u>1 941</u>	<u>1 638</u>
Compromissos		
Compromissos revogáveis	59 868	55 430
Compromissos irrevogáveis	493	494
	<u>60 361</u>	<u>55 924</u>
	<u>62 302</u>	<u>57 562</u>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de ativos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 972 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 556 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 589 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 307 milhares de euros);

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os títulos dados em garantia encontram-se registados na carteira de títulos disponíveis para venda e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Banco, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	695 835	517 961
Outras responsabilidades por prestação de serviços	54 972	48 346
	750 807	566 307

NOTA 31 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Banco com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resumem-se como segue:

	31.12.2012					31.12.2011				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
BES	124 222	7 375	-	3 740	347	268 097	13 181	-	4 042	615
BES AÇORES	2 399	-	-	-	-	2 145	-	-	-	3 297
BESI	1 337	-	-	63	-	3 535	-	-	2 663	254
ESAF	-	-	-	295	76	-	-	-	208	181
	-	-	-	3 616	-	-	-	-	-	-
BESFINANCE	-	-	-	1 818	-	-	-	-	-	-
BES VIDA	-	10 561	1 496	120	-	-	4 676	-	643	-
ES CONTACT CENTER	-	-	-	-	874	-	-	-	-	956
LOCARENT	-	-	-	-	394	-	-	-	-	382
BES SEGUROS	-	108	-	5	-	-	68	-	3	-
UNICRE	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-
SAXO BANK	33 724	200	-	5 072	-	26 558	12	-	3 920	-
	161 682	18 244	1 496	14 729	1 691	300 335	17 941	-	11 479	5 685

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (holding do Grupo BES), para além das acima referidas, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012					31.12.2011				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	-	5 192	-	-	1	-	315	-	-	16
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	1	-	-	72	-	10	-	-	73
ES BANKERS (Dubai)	-	162	-	-	-	-	165	-	-	-
ES FINANCIAL (P)	60 000	-	-	1 023	-	58 310	-	-	1 215	-
T - VIDA	-	128	-	-	-	2	110	-	-	-
Total	60 000	5 483	-	1 023	73	58 312	600	-	1 215	89

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

NOTA 32 – JUSTO VALOR DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Banco é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor		Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado		
31 de dezembro de 2012					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	91 039	-	-	91 039	91 039
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	560	5 271	75 159	80 990	80 990
Aplicações em instituições de crédito	70 234	-	-	70 234	70 234
Crédito a clientes	137 486	-	651	138 137	133 870
Derivados para gestão do risco	-	-	-	-	-
Ativos financeiros	299 319	5 271	75 810	380 400	376 133
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	27	27	27
Recursos de outras instituições de crédito	18 190	-	-	18 190	18 190
Recursos de clientes e outros empréstimos	306 306	-	-	306 306	306 306
Derivados para gestão do risco	-	-	52	52	52
Passivos financeiros	324 496	-	79	324 575	324 575
31 de dezembro de 2011					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	163 573	-	-	163 573	163 573
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	254	254	254
Ativos financeiros disponíveis para venda	549	5 135	61 759	67 443	67 443
Aplicações em instituições de crédito	150 051	-	-	150 051	150 051
Crédito a clientes	106 123	-	718	106 841	100 896
Derivados para gestão do risco	-	-	42	42	42
Ativos financeiros	420 296	5 135	62 773	488 204	482 259
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	57	57	57
Recursos de outras instituições de crédito	22 426	-	-	22 426	22 426
Recursos de clientes e outros empréstimos	416 817	-	4 628	421 445	421 445
Derivados para gestão do risco	-	-	4 747	4 747	4 747
Passivos financeiros	439 243	-	9 432	448 675	448 675

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transações para estes ativos/passivos negociados e mercados líquidos.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam

conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Os principais parâmetros utilizados, durante os exercícios de 2012 e 2011, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas refletem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para *swap* de taxa de juro para os respetivos prazos:

(%)

	31.12.2012			31.12.2011		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	0,0700	0,1000	0,4700	0,3250	0,1100	0,4300
1 mês	0,1759	0,2300	0,4600	1,0240	0,2953	0,7604
3 meses	0,1870	0,4150	0,4800	1,3560	0,5810	1,0900
6 meses	0,3200	0,4400	0,6200	1,6170	0,8085	1,3400
9 meses	0,3178	0,5900	0,7900	1,7910	0,9659	1,5900
1 ano	0,3200	0,3260	0,5411	1,4175	0,6770	1,0850
3 anos	0,4700	0,4765	0,7783	1,3750	0,8225	1,3601
5 anos	0,7650	0,8260	1,0169	1,7240	1,2260	1,5624
7 anos	1,1250	1,2435	1,3563	2,0690	1,6335	1,8619
10 anos	1,5700	1,7500	1,8560	2,3870	2,0160	2,2940
15 anos	2,0184	2,2800	2,4135	2,6750	2,3715	2,6525
20 anos	2,1715	2,5020	2,7230	2,6920	2,4960	2,8322
25 anos	2,2203	2,6240	2,8800	2,6250	2,5460	2,9426
30 anos	2,2413	2,6880	2,9535	2,5610	2,5870	2,9920

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

(%)

	31.12.2012			31.12.2011		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	197,18	66,60	54,10	51,08	76,51	53,15
3 anos	84,70	72,90	64,90	52,92	77,70	67,00
5 anos	67,50	63,22	60,80	50,31	67,85	62,90
7 anos	52,90	51,03	49,60	44,19	56,34	52,30
10 anos	39,70	42,33	37,20	38,00	47,78	39,70
15 anos	31,43	35,80	27,80	32,42	42,36	29,70

Câmbios e volatilidade cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2012	31.12.2011	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,3194	1,2939	8,18	8,33	8,70	9,04	9,20
EUR/GBP	0,8161	0,8353	5,63	5,85	6,28	6,65	6,83
EUR/CHF	1,2072	1,2156	2,10	3,05	3,70	4,52	4,85
EUR/NOK	7,3483	7,7540	4,95	5,23	5,55	5,91	6,08
EUR/PLN	4,0740	4,4580	6,60	7,05	7,85	8,35	8,75
EUR/RUB	40,3295	41,7650	7,78	8,17	8,35	8,90	9,23
USD/BRL a)	2,0491	1,8671	9,33	9,55	9,80	10,10	10,40
USD/TRY b)	1,7850	1,8882	5,70	6,68	7,70	8,43	8,95

a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

b) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

O Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respetivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre ações:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita
	31.12.2012	31.12.2011	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	2 636	2 317	13,8	11,11	17,02	18,12
PSI 20	5 655	5 494	2,9	12,60	15,40	-
IBEX 35	8 168	8 566	- 4,7	13,68	21,34	-
FTSE 100	5 898	5 572	5,8	8,83	11,42	13,64
DAX	7 612	5 898	29,1	11,10	14,26	15,34
S&P 500	1 426	1 258	13,4	12,28	12,28	16,15
BOVESPA	60 952	56 754	7,4	17,96	18,31	20,34

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

NOTA 33 – GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

O Banco BEST usufrui das sinergias inerentes à sua estrutura acionista, mantendo uma estrutura operativa própria leve e subcontratando ao Grupo Banco Espírito Santo um conjunto de serviços de *back office* e outras funções de carácter central onde existam economias de escala na utilização de serviços partilhados. Neste sentido o Banco Espírito Santo e/ou empresas do Grupo são o principal fornecedor de serviços externos do Banco BEST.

Desta forma a função de Gestão dos Riscos funciona no âmbito do Departamento de Risco Global do Banco Espírito Santo e visa assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão dos riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, procurando identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos materialmente relevantes a que a instituição se encontra sujeita, tanto interna como externamente. Neste âmbito o Banco BEST participa nos diferentes comités relevantes na função de risco, nomeadamente no Comité de Risco e no Comité de Gestão de Ativos e Passivos.

O Banco está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente

presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte).

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efetuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objeto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas comerciais.

Seguidamente, apresenta-se a informação relativa à exposição do BEST ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	161 273	313 624
Activos financeiros detidos para negociação	-	254
Activos financeiros disponíveis para venda	80 430	66 894
Crédito a clientes	138 137	106 841
Derivados para gestão de risco	-	42
Outros activos	1 363	1 883
Garantias e avales prestados	380	565
Compromissos irrevogáveis	493	494
	382 076	490 597

A repartição por setores de atividade da exposição ao risco de crédito, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012			
	Crédito sobre clientes		Ativos financeiros disponíveis para venda	Garantias prestadas
	Valor bruto	Imparidade ^(a)	Valor bruto	
Agricultura, Sicultura e Pesca	93	(3)	-	-
Indústrias Extractivas	360	(1)	-	-
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	476	(3)	-	-
Texteis e Vestuário	1 566	(3)	-	-
Produtos Químicos e de Borracha	433	(4)	-	-
Produtos Minerais não Metálicos	1 345	(3)	-	-
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	117	(1)	-	-
Outras Industrias Transformadoras	45	-	-	-
Construção e Obras Públicas	138	(2)	-	-
Comércio por Grosso e a Retalho	1 589	(11)	4 472	-
Turismo	144	(1)	-	-
Transportes e Comunicações	35	-	-	-
Atividades Financeiras	-	-	7 183	-
Atividades Imobiliárias	8 678	(277)	6 376	-
Serviços Prestados às Empresas	17 736	(308)	1 045	-
Administração e Serviços Públicos	14 320	(31)	1 575	-
Outras atividades de serviços colectivos	37	-	60 506	-
Crédito a Particulares	94 250	(3 430)	-	-
Outros	-	(2)	-	380
TOTAL	141 362	(4 080)	81 157	380

^(a) inclui provisão para imparidade no valor de 3 225 milhares de euros (ver Nota 18) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 855 milhares de euros (ver Nota 25)

(milhares de euros)

	31.12.2011						
	Crédito sobre clientes		Ativos financeiros detidos p/ negociação	Derivados para gestão de risco	Ativos financeiros disponíveis para venda		Garantias prestadas
	Valor bruto	Imparidade ^(a)			Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Sicultura e Pesca	44	(2)	-	-	-	-	-
Texteis e Vestuário	56	-	-	-	-	-	-
Produtos Químicos e de Borracha	322	(12)	-	-	-	-	-
Produtos Minerais não Metálicos	499	(6)	-	-	-	-	-
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	43	(2)	-	-	-	-	-
Construção e Obras Públicas	38	-	-	-	-	-	-
Comércio por Grosso e a Retalho	381	(8)	-	-	-	-	-
Turismo	58	(1)	-	-	-	-	-
Transportes e Comunicações	24	(1)	-	-	-	-	-
Atividades Financeiras	2	-	254	42	7 627	-	-
Atividades Imobiliárias	9 852	(262)	-	-	-	-	-
Serviços Prestados às Empresas	15 997	(84)	-	-	-	-	-
Administração e Serviços Públicos	12 621	(97)	-	-	877	-	-
Outras atividades de serviços colectivos	-	-	-	-	59 106	(167)	-
Crédito a Particulares	67 608	(908)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	565
TOTAL	107 545	(1 383)	254	42	67 610	(167)	565

^(a) inclui provisão para imparidade no valor de 704 milhares de euros (ver Nota 18) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 679 milhares de euros (ver Nota 25)

Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de ações e de mercadorias.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia Value at Risk (VaR) é utilizada. O Banco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

	milhares de euros							
	31.12.2012				31.12.2011			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	29	50	85	23	48	103	209	48
Total	29	50	85	23	48	103	209	48

O BEST apresenta um valor em risco (*VaR*) de 29 milhares de euros para as suas posições de negociação (31 de dezembro de 2011: 48 milhares de euros).

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o BEST calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhares de euros)

	31.12.2012						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	160 990	280	160 710	-	-	-	-
Crédito a clientes	140 365	-	84 223	30 020	11 680	13 806	637
Títulos	80 616	560	76 261	-	-	3 795	0
Total			321 194	30 020	11 680	17 600	637
Recursos de outras Inst. de Crédito	18 186	-	14 878	-	3 308	-	-
Depósitos	304 655	-	298 732	4 357	1 566	-	-
Títulos emitidos	-	-	-	-	-	-	-
Total			313 610	4 357	4 874	-	-
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	58 290	-	7 584	25 663	6 805	17 600	637
Fora de Balanço	-	-	706	-	-	-	(706)
GAP estrutural	58 290		8 291	25 663	6 805	17 600	(69)
GAP acumulado			8 291	33 954	40 759	58 359	58 290

(milhares de euros)

	31.12.2011						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	312 555	-	312 555	-	-	-	-
Crédito a clientes	105 508	-	35 153	25 782	30 014	13 527	1 032
Títulos	66 786	549	64 279	-	-	1 177	781
Total			411 987	25 782	30 014	14 704	1 813
Recursos de outras Inst. de Crédito	22 324	-	19 379	-	2 945	-	-
Depósitos	422 702	-	363 526	58 779	397	-	-
Títulos emitidos	-	-	-	-	-	-	-
Total			382 905	58 779	3 342	-	-
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	39 274	-	29 082	(32 997)	26 672	14 704	1 813
Fora de Balanço	(9 817)	-	(9 871)	(630)	1 350	-	(666)
GAP estrutural	29 457		19 211	(33 627)	28 022	14 704	1 147
GAP acumulado			19 211	(14 416)	13 606	28 310	29 457

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efetuados cenários paralelos para deslocação da curva de rendimentos de 100 p.b. em todos os escalões de taxa de juro e cenários de deslocação da curva de rendimentos não paralelos, superiores a um ano em 50 p.b..

(milhares de euros)

	31.12.2012				31.12.2011			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
Em 31 de Dezembro	(537)	537	(194)	194	(380)	380	(229)	229
Média do exercício	(696)	696	(220)	220	(527)	527	(230)	230
Máximo para o exercício	(1 004)	1 004	(266)	266	(886)	886	(247)	247
Mínimo para o exercício	(529)	529	(194)	194	(380)	380	(220)	220

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Banco, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como os respetivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro
Ativos monetários	189 686	3 684	1,94%	182 731	3 264	1,79%
Crédito a clientes	117 013	4 712	4,03%	100 410	3 804	3,79%
Aplicações em títulos	96 625	3 732	3,86%	177 131	4 951	2,80%
Ativos financeiros	403 324	12 128	3,01%	460 272	12 019	2,61%
Recursos monetários	19 284	165	0,86%	45 142	483	1,07%
Recursos de clientes	337 353	5 816	1,72%	372 811	7 381	1,98%
Recursos diferenciais	46 687	-	-	42 319	-	-
Passivos financeiros	403 324	5 981	1,48%	460 272	7 864	1,71%
Resultado Financeiro		6 147	1,52%		4 155	0,90%

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e dos passivos, a 31 de dezembro de 2012 e 2011 por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
USD DOLAR DOS E.U.A.	(696)	1 087	391	(2 127)	2 571	444
GBP LIBRA ESTERLINA	184	-	184	319	-	319
DKK COROA DINAMARQUESA	111	-	111	58	-	58
JPY IENE JAPONÊS	36	-	36	158	-	158
CHF FRANCO SUICO	9	-	9	101	-	101
SEK COROA SUECA	(21)	-	(21)	48	-	48
NOK COROA NORUEGUESA	32	-	32	113	-	113
CAD DOLAR CANADIANO	113	-	113	306	-	306
AUD DOLAR AUSTRALIANO	430	-	430	297	-	297
PLN ZLOTY	103	-	103	-	-	-
OUTROS	212	-	212	-	-	-
	513	1 087	1 600	(727)	2 571	1 844

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- Liquidez dos ativos (*market liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de ativo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado.
- Financiamento (*funding liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os ativos e/ou refinar a dívida que está a maturar, na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser refletida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de ativos, ainda que incorrendo em perdas significativas. O risco de (re)financiamento deve ser minimizado através de uma adequada diversificação das fontes de financiamento e dos prazos de vencimento.

Os bancos estão sujeitos a risco de liquidez por inerência do seu negócio de transformação de maturidades (emprestadores de longo prazo e depositários de curto prazo), sendo assim crucial uma gestão prudente do risco de liquidez.

Com o objetivo de avaliar a exposição global ao risco de liquidez são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

(milhões de euros)

	31.12.2012						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
ATIVOS							
Caixa e disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	161	121	40	-	-	-	-
Crédito a clientes	138	1	2	3	2	3	128
Títulos	80	-	-	11	-	60	9
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	-	-	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	-	-	-	-	-	-	-
Total		122	42	14	2	63	137
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	18	10	5	-	-	3	-
Depósitos de clientes	305	1	20	12	19	38	214
Títulos Emitidos	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos exigíveis a curto prazo	8	8	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	60	-	-	-	1	1	57
Total		19	25	12	20	42	271
GAP (Ativos - Passivos)		102	17	1	(18)	20	
GAP Acumulado		102	119	120	102	122	
Buffer de ativos liq > 12 meses						4	

(milhões de euros)

	31.12.2011						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
ATIVOS							
Caixa e disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	313	283	30	-	-	-	-
Crédito a clientes	106	1	2	3	2	3	95
Títulos	66	-	-	-	-	-	66
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	-	-	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	-	-	-	-	-	-	-
Total		284	32	3	2	3	161
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	22	9	-	10	-	3	-
Depósitos de clientes	423	1	5	12	19	38	348
Títulos Emitidos	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos exigíveis a curto prazo	3	3	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	56	-	-	-	1	1	53
Total		13	5	22	20	42	401
GAP (Ativos - Passivos)		270	27	(19)	(17)	(39)	
GAP Acumulado		270	297	277	260	221	
Buffer de ativos liq > 12 meses						4	

O *Gap* acumulado a um ano passou de 220 692 mil euros em dezembro de 2011 para 122 044 mil euros em dezembro de 2012 mantendo-se num valor muito positivo refletindo a liquidez dos ativos do banco.

Adicionalmente, e de acordo com a instrução nº13/2009 do Banco de Portugal, o *gap* de liquidez é definido como $(\text{Ativos líquidos} - \text{Passivos voláteis}) / (\text{Ativo} - \text{Ativos líquidos}) * 100$ em cada escala cumulativa de maturidade residual, onde os ativos líquidos incluem tesouraria e títulos líquidos e os passivos voláteis incluem a tesouraria, as emissões, os compromissos assumidos, os derivados

e outros passivos. Este indicador permite uma caracterização da posição de liquidez do risco de *wholesale* das instituições.

O gap de liquidez até um ano do BEST era, a 31 de dezembro de 2012, de 62,4, que compara com 165 no período homólogo do ano anterior. Este rácio continua a ser francamente positivo demonstrando a estabilidade dos passivos e a liquidez dos ativos do banco.

Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Entende-se, assim, risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação, de compliance e de reputação.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objetivos da gestão de capital no Banco são (i) permitir o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Banco em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adotar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Diretiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras

determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Os elementos de capital do Banco dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios considerados como Core Tier I: Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados positivos retidos do período quando certificados. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a ações ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a ativos intangíveis, desvios atuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor e, quando aplicável, os resultados negativos do período.
- Fundos Próprios de Base (FPB): Para além dos valores considerados como Core Tier I, esta categoria inclui as ações preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correções de valor e provisões existentes.
- Fundos Próprios Complementares (FPC): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a ações ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correções de valor e provisões existentes, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito;
- Deduções (D): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos FPB.

Em dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de dezembro de 2009 a dezembro de 2012, para o reconhecimento dos

desvios atuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos ativos do fundo relativos a este mesmo ano.

Em maio de 2011, decorrente da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011, que vem estabelecer novos patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelos grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio Core Tier I, em base consolidada, não inferior a 9% em 31 de dezembro de 2011, e de 10% até 31 de dezembro de 2012. No caso das Instituições Financeiras não integrarem nenhum grupo financeiro sujeito a supervisão em base consolidada, os novos patamares devem ser observados em base individual. O BEST, uma vez que integra um Grupo Financeiro sujeito a supervisão em base consolidada, não necessita de cumprir estes novos limites.

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de requisitos de capital do BEST para 30 de dezembro de 2012 e 2011:

	(milhares de euros)	
	31-12-2012 ^(a)	31-12-2011 ^(a)
A - Fundos Próprios		
Capital Realizado, Prémios de Emissão e Ações Próprias	62 992	62 992
Resultados transitados e Reservas	(19 604)	(26 662)
Ativos Intangíveis	(7)	(11)
Outros elementos e deduções	(2 848)	(152)
Fundos Próprios de Base (TIER I)	(A1) 40 533	36 167
Fundos Próprios Complementares (TIER II)	-	-
Fundos Próprios Elegíveis	(A2) 40 533	36 167
B- Ativos de Risco Equivalentes		
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)	222 113	184 024
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)	1 619	1 864
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)	39 361	33 818
Total de Ativos de Risco Equivalentes	(B) 263 093	219 706
C- Rácios Prudenciais		
Rácio Tier 1	(A1 / B) 15,4%	16,5%
Rácio de Solvabilidade	(A2 / B) 15,4%	16,5%

(a) Valores calculados de acordo com o método padrão

NOTA 34 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS E ADOPTADAS PELO BANCO

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2012, o Banco adotou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 7 de outubro de 2010, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros”, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

A adoção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para

períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contábilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, presumindo-se que o seu valor será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS AINDA NÃO ADOPTADAS PELO BANCO

As normas contábilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Banco irá adotar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados das que, nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e

- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afetam apenas a apresentação e não tem qualquer impacto na posição financeira ou performance do Banco.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adoção desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal

“oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

Da adoção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Banco.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

O Banco está presentemente a reanalisar as suas metodologias para a determinação do justo valor.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que o Banco proporcione divulgações adicionais. Tais incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/passivos não financeiros, e divulgações sobre justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O Banco está a avaliar o impacto da adoção destas alterações.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com

o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 por forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

O Banco iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades do Banco, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

ANEXO

Adoção das Recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)* e do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)* relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Ativos

(Carta-Circular nº 97/2008/DSB de 3 de dezembro e Carta Circular nº58/2009/DSB de 5 de agosto)

O Banco de Portugal, através da Carta Circular nº58/2009/DSB de 5 de agosto de 2009 reiterou “a necessidade de as instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)*, bem como às recomendações do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)*, no que se refere à transparência da informação e à valorização de ativos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade” constantes das Cartas-Circulares nos 46/2008/DSB de 15 de julho de 2008 e 97/2008/DSB de 3 de dezembro de 2008.

O Banco de Portugal recomenda que seja elaborado um capítulo ou anexo específico nos documentos de prestação de contas exclusivamente dedicado aos aspetos mencionados nas respetivas recomendações do *CEBS* e do *FSF*.

No presente capítulo procurou-se dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal utilizando remissões para a informação apresentada, quer no Relatório de Gestão, quer nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras relativos aos exercícios de 2010 e 2011.

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

Na introdução e no capítulo “II – Atividade Desenvolvida” do Relatório de Gestão, faz-se uma descrição sobre o modelo de negócio do Banco.

2. Estratégias e objetivos

As estratégias e objetivos do Banco estão igualmente divulgados nos capítulos “II – Atividade Desenvolvida” e “V – Perspetivas de Atividade Futura” do Relatório de Gestão. O Banco não realizou qualquer emissão de dívida nem realizou nenhuma operação de titularização até 31 de dezembro de 2012.

3., 4. e 5. Atividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No capítulo “II – Atividade Desenvolvida” do Relatório de Gestão apresenta-se informação acerca das atividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos

Na Nota Explicativa 33 é apresentada diversa informação que permite ao mercado obter a perceção sobre os riscos incorridos pelo Banco e mecanismos de gestão para a sua monitorização e controlo.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8., 9., 10 e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados

Durante o triénio 2010 a 2013, na sequência do aumento dos riscos soberanos, operou-se um alargamento substancial dos prémios de risco sem impactos materialmente relevantes na atividade e resultados atribuíveis aos respetivos exercícios.

12. Decomposição dos *write-downs* entre realizados e não realizados

Os proveitos e custos relacionados com os ativos e passivos detidos para negociação e dos ativos e passivos ao justo valor através de resultados e dos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se desagregados por instrumento financeiro nas Notas 7 e 8 às demonstrações financeiras.

13. Turbulência financeira na cotação das ações do Banco

As ações do Banco não estão cotadas em nenhum mercado oficial, pelo que este ponto não é aplicável.

14. Risco de perda máxima

Na Nota Explicativa 33 divulga-se informação relevante sobre as perdas suscetíveis de serem incorridas em situações de *stress* do mercado.

15. Responsabilidades emitidas e resultados

Não aplicável por o Banco não ter emitido responsabilidades representadas por títulos durante o exercício de 2012.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal e justo valor das exposições

Nas Notas Explicativas 16 e 29 divulga-se informação relevante sobre o valor das exposições do Banco.

17. Mitigantes do risco de crédito

Não aplicável.

18. Informação sobre as exposições do Banco

A turbulência que decorreu do agravamento dos riscos soberanos dos países da periferia da Zona Euro nos exercícios de 2010 e 2011 estabilizou e melhorou significativamente no exercício de 2012,

A exposição do Banco Best no que se refere a títulos de dívida pública dos países afetados (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) só existia para Portugal com um valor em 31 de dezembro de 2012 de 1,6 milhões de euros destinado a garantir as responsabilidades do Banco relativamente ao FGD e SII, à qual estava associada uma reserva de justo valor positiva que totalizava 225 mil euros em Dez 2012.

19. Movimentos nas exposições entre períodos

Nas Notas Explicativas 15, 16, 29 e 33 divulga-se informação relevante sobre as exposições do Banco em que se comparam as exposições aos mercados e os resultados quer com referência ao exercício de 2012 como ao de 2011. A informação aí divulgada considera-se suficiente, tendo por base o detalhe e quantificação apresentados e o facto de não se terem verificado acontecimentos com relevância material em 2012.

20. Exposições que não tenham sido consolidadas

Não aplicável.

21. Exposição a seguradoras *monoline* e qualidade dos ativos segurados

O Banco não tem exposições a seguradoras *monoline*.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22. Produtos estruturados

Estas situações estão desenvolvidas na Nota Explicativa 2 – Principais Políticas Contabilísticas.

23. *Special Purpose Entities (SPE)* e consolidação

O Banco não realizou qualquer emissão de dívida nem realizou nenhuma operação de titularização até 31 de dezembro de 2012.

24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Na Nota Explicativa 2 referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas e princípios de divulgação

O Banco, no contexto da sua política de divulgação de informação de natureza contabilística e financeira, visa dar satisfação a todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles ditados pelas normas contabilísticas ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado. Paralelamente procura alinhar as suas divulgações pelas melhores práticas do mercado atendendo, por um lado, ao custo na captação da informação relevante e, por outro, dos benefícios que a mesma pode proporcionar aos diversos utilizadores.

De entre o conjunto de informação disponibilizada aos seus acionistas, clientes, colaboradores, entidades de supervisão e ao público em geral, destacamos o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras e respetivas Notas Explicativas. As demonstrações financeiras são preparadas tendo por base as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) que conferem um elevado grau de transparência à informação divulgada bem assim como de comparabilidade.

ANEXO

Política de remuneração dos órgãos sociais do BEST

1. Processo de aprovação da política de remuneração

- a) Aprovação: A aprovar em Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração do Banco Best.
- b) Mandato do órgão de administração: O Conselho de Administração do Banco Best é eleito por mandatos de 3 anos.
- c) Consultores externos: Não foram contratados quaisquer consultores externos para a definição da política de remuneração dos órgãos sociais.
- d) Grupos de sociedades tomados como elementos comparativos: Foram tomados como elementos comparativos a política de remuneração dos órgãos sociais do Banco Espírito Santo, S.A., que é o acionista maioritário do Banco Best.

2. Remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

3. Membros do órgão de fiscalização

Os órgãos de fiscalização do Banco Best são o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas. O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral do Best com mandatos trienais sendo composto por 3 vogais efetivos e um suplente assumindo um dos vogais efetivos a presidência deste órgão. Relativamente aos membros do Conselho Fiscal a sua remuneração consiste na atribuição trimestral de senhas de presença de valor variável de acordo com a experiência profissional dos respetivos membros, num valor máximo anual de 5.000 Euros por vogal do Conselho Fiscal. O Revisor Oficial de Contas e suplente são eleitos pela Assembleia Geral por proposta do Conselho Fiscal, para mandatos trienais. Relativamente ao Revisor Oficial de Contas efetivo, a sua remuneração é efetuada de forma independente e enquadrada por via do contrato de prestação de serviços de revisão de contas com o Grupo Banco Espírito Santo, estando dessa forma em linha com as práticas do mercado. O Revisor Oficial de Contas suplente não é remunerado.

4. Membros não executivos do Conselho de Administração

Os membros não executivos do Conselho de Administração não são remunerados. Os membros que desempenhem funções executivas em órgãos de administração de sociedades em relação de domínio e/ou de grupo com o Banco Best, ou que exerçam funções específicas por indicação do Conselho de Administração do Banco Best, poderão ser remunerados pelas referidas sociedades ou pelo Banco Best, de acordo com o relevo das funções desempenhadas.

5. Membros da Comissão Executiva

- a) Diferenciação de remuneração: todos os membros da Comissão Executiva auferem remunerações diferenciadas, de acordo com os respetivos percursos profissionais, funções desempenhadas e experiência profissional.

- b) Composição da remuneração: a remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável, pelo que a Remuneração Total Anual (“RTA”) é assim composta pelo somatório da Remuneração Fixa Anual (“RFA”) e da Remuneração Variável Anual (“RVA”). A RFA dos membros da Comissão Executiva é fixada todos os anos pela Assembleia Geral de Acionistas até ao final de março, nomeadamente tendo como base a avaliação do desempenho do exercício anterior.
- c) Limites da remuneração: a RVA terá os limites que forem fixados pelo órgão competente e representará aproximadamente um máximo de 33% da RTA. A RFA é composta pelo vencimento dos membros da Comissão Executiva e por outros subsídios que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco Best. A RVA para 2012 tem o limite de 5% do resultado Líquido do BEST, sendo em qualquer caso o limite geral o constante do artigo 24º do contrato de sociedade.
- d) Equilíbrio na remuneração: o montante exato da RVA oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, constantes do Orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração, representando no máximo uma média de 33% da RTA. Em função do valor a RVA, o valor da RFA poderá oscilar em cada ano entre aproximadamente 66% e 100% da RTA.
- e) Critérios de definição da componente variável e momentos do seu pagamento: a RVA terá um peso máximo equivalente a aproximadamente 33% na RTA. A RVA será calculada no início de cada ano pelo órgão competente, em função de uma avaliação de desempenho realizada pelos órgãos competentes do Banco. O valor da RVA será proporcional á avaliação de desempenho segundo os critérios *infra* mencionados. A RVA é dividida entre uma parcela correspondente a 50% da RVA - a Remuneração Variável Anual Simples (“RVAS”), que é paga após a aprovação das contas do exercício do ano em questão e uma parcela, correspondente aos restantes 50% da RVA, que é diferida durante 3 anos - a Remuneração Variável Anual Diferida (“RVAD”). A RVAD será dividida em três parcelas iguais, que serão pagas anualmente, por um período de três anos. A RVA é paga integralmente em numerário. Não existem componentes da RVA pagas através de instrumentos financeiros, já que tal não se considera adequado à estrutura e realidade do Banco Best. Isto porque, em primeiro lugar, a RVA representa uma componente da RTA inferior a 40%, não representando assim uma parte substancial da RTA. Por outro lado, não são ultrapassados nenhum dos indicadores de dimensão previstos no nº 1 do artigo 7º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011. Também relevante, para estes efeitos, é o facto de a atividade principal do banco ser essencialmente exercida no mercado português, com uma estratégia de negócio orientada maioritariamente para o segmento de mercado de clientes particulares afluentes numa ótica de intermediação bancária de produtos e serviços financeiros de outros bancos, seguradoras, sociedades gestoras e corretoras, não exercendo a gestão própria de produtos próprios de natureza complexa. Finalmente, considera-se que as ações que constituem o capital social do Banco Best não estão cotadas em nenhum mercado regulamentado e são detidas exclusivamente por entidades do grupo da empresa-mãe e pelo Saxo Bank A/S.
- f) Mecanismos de Limitação da Remuneração Variável: o pagamento da RVAS depende da avaliação de desempenho, podendo, ainda que a avaliação de desempenho seja positiva, não ser paga no ano em causa em função da degradação estrutural do Banco, nomeadamente caso o resultado do exercício seja negativo, como melhor explanado *infra*. A RVAD encontra-se sujeita ás seguintes limitações: i) por um lado, o seu pagamento é diferido durante um período de 3 anos; e ii) por outro, não será paga no ano em causa, em prestações ainda em dívida, em função da degradação estrutural do desempenho do

BEST. Cabe à Assembleia Geral de Acionistas verificar e determinar a existência de uma degradação estrutural, nomeadamente caso o resultado do exercício seja negativo. O pagamento das prestações diferidas da RVAD referente a exercícios anteriores dependerá ainda da avaliação de desempenho correspondente ao ano em que o pagamento é devido.

- g) Critérios para a avaliação de desempenho: a avaliação de desempenho é efetuada anualmente e inclui critérios não financeiros relativos às aptidões pessoais, técnicas e de gestão para o desempenho da função para além de critérios financeiros relativos ao cumprimento dos principais objetivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração segundo os critérios *infra* referidos. A avaliação de desempenho dos membros executivos do Conselho de Administração é efetuada pelo Presidente da Comissão Executiva e a avaliação de desempenho do Presidente da Comissão Executiva é efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração (não executivo). A avaliação dos membros executivos do Conselho de Administração assenta em cinco indicadores; i) Desempenho individual de cada membro da Comissão Executiva face às aptidões pessoais, técnicas e de gestão para o desempenho da função, incluindo o cumprimento das regras associadas à atividade dos Bancos; ii) “Cost-to-Income” (rácio entre os custos operativos e o produto bancário total), indicador que traduz a atividade operacional do Banco, e que mede a capacidade de geração de receitas face aos custos operativos incorridos; iii) Resultado Líquido do Exercício, indicador que traduz o contributo para os acionistas, já deduzido de dimensões não capturadas no Cost-to-Income, em particular o custo do risco, os impostos e os interesses minoritários; iv) “Return-on-Equity” (rácio entre o resultado líquido e os capitais próprios), indicador que mede a rentabilidade proporcionada em face do volume investido pelos acionistas; e v) Ratio de Transformação Crédito / Depósitos: indicador que mede o grau de alavancagem do Banco.
- h) Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários: não existem outras formas de remuneração para além da RFA e RVA descritas na presente política de remuneração.
- i) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos: no caso de a avaliação de desempenho prevista em g) supra, nomeadamente na vertente de Desempenho individual de cada membro da Comissão Executiva face às suas aptidões pessoais, técnicas e de gestão para o desempenho da função, incluindo o cumprimento das regras associadas à atividade dos Bancos ser considerada excecional em algumas vertentes específicas, pode ser pago um prémio excecional de produtividade, com referência ao valor da retribuição fixa mensal.
- j) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício: não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros da Comissão Executiva relativamente à cessação das suas funções.
- k) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do administrador e sua relação com a componente variável da remuneração: não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros da Comissão Executiva em caso de destituição sem justa causa.

- l) Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, com indicação se foram sujeitas a apreciação pela assembleia geral: o Banco Best não tem acordos que prevejam regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.
- m) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores: não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários de relevo.

6. Regras aplicáveis a todos os membros do órgão de administração

Pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores: não existem quaisquer pagamentos aprovados respetivamente à destituição de administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada pela Assembleia Geral.

7. Montantes pagos em 2012 aos membros dos órgãos sociais, incluindo os montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

a) Conselho de Administração (membros executivos):

A remuneração auferida pelos membros executivos do Conselho de Administração no exercício de 2012 inclui as remunerações fixas recebidas e pagas em 14 prestações, os complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios e as remunerações variáveis atribuídas e que se encontravam já pagas relativamente a exercícios anteriores, bem como o prémio de produtividade. Isabel Maria Ferreira Possantes Rodrigues Cascão (Presidente da Comissão Executiva) auferiu a remuneração fixa de 228.511 Euros, um valor de 16.667 Euros correspondente á componente diferida para 2012 da remuneração variável aprovada em 2011 e uma remuneração variável em dinheiro de 17.500 Euros aprovada em 2012, sendo a remuneração variável diferida para o período de 2013 a 2015 de 17.500 Euros. Marília Boavida Correia Cabral auferiu a remuneração fixa de 137.290 Euros, um valor de 8.333 Euros correspondente á componente diferida para 2012 da remuneração variável aprovada em 2011, uma remuneração variável em dinheiro de 8.750 Euros aprovada em 2012, sendo a remuneração variável diferida para o período de 2013 a 2015 de 8.750 Euros e um prémio de produtividade referente ao desempenho na área de rede comercial de Financial Advisors correspondente a 75% de uma prestação da RFA, ou seja 7.355 Euros. Francisco José Valente Hipólito dos Santos auferiu a remuneração fixa de 163.160 Euros e uma remuneração variável em dinheiro de 8.044 Euros aprovada em 2012, sendo a remuneração variável diferida para o período de 2013 a 2015 de 8.044 Euros. Pedro Alexandre Lemos Cabral das Neves auferiu a remuneração fixa de 124.923 Euros, um valor de 5.949 Euros correspondente á componente diferida para 2012 da remuneração variável aprovada em 2011, uma remuneração variável em dinheiro de 6.246 Euros aprovada em 2012, sendo a remuneração variável diferida para o período de 2013 a 2015 de 6.246 Euros e um prémio de produtividade referente ao desempenho no sentido de o Banco Best alcançar o 1º lugar nas quotas de mercado de distribuição de fundos de investimento estrangeiros em Portugal e no trading de derivativos online correspondente a 75% de uma prestação da RFA, ou seja 6.692 Euros.

b) Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal não auferiram qualquer remuneração variável em 2012. O Dr. José Manuel Macedo Pereira recebeu uma remuneração fixa em senhas de presença de 4.000 Euros, o Dr. Luis Manuel Santos Botelho recebeu uma remuneração fixa em senhas de presença de 3.200 Euros e o Dr. Elísio Armando da Cruz Cardoso recebeu uma remuneração fixa em senhas de presença de 2.400 Euros.

As funções de controlo, tal e como definidas no Aviso do Banco de Portugal nº 10/2011, efetuaram a avaliação da Política de Remunerações, da qual deram conhecimento ao Conselho de Administração.

ANEXO

Política de remuneração de dirigentes

I. Preâmbulo

O Banco Best assenta a sua política de remunerações de dirigentes e colaboradores que exerçam funções de controlo tal como previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008 numa forte componente fixa, como tal mais independente dos resultados da instituição, sendo a componente variável relativamente menor.

II. Perímetro de aplicação e Princípios fundamentais

São abrangidos pela presente política de remuneração todos os colaboradores integrantes da Carreira de Gestão, responsáveis diretos pelas Direções / Departamentos que compõem o organigrama do banco, bem como todos os colaboradores que exerçam funções de controlo tal como previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008.

III. A política de remuneração de dirigentes do BEST

8. Processo de aprovação da política de remuneração

Aprovação: a política remuneratória dos colaboradores aqui considerada é aprovada pelo Conselho de Administração do Banco Best, conforme previsto no artigo 5.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011.

9. Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos dirigentes do BEST incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos do Banco.

10. Composição do Conselho de Administração

A atual composição do Conselho de Administração é a seguinte: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Presidente), Isabel Maria Ferreira Possantes Rodrigues Cascão (Vice-Presidente), Marília Boavida Correia Cabral (Vogal), Pedro Alexandre Lemos Cabral das Neves (Vogal), Francisco José Valente Hipólito dos Santos (Vogal), Isabel Maria Carvalho de Almeida Bernardino (Vogal), Ana Rita Gomes Barosa (Vogal) e Enrique Finkelstein (Vogal).

11. Consultores externos

O Conselho de Administração do BEST não recorreu a consultores externos.

12. Colaboradores integrantes da Carreira de Gestão

- a) Composição da remuneração: a remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável, pelo que a Remuneração Total Anual ("RTA") é assim composta pelo somatório da Remuneração Fixa Anual ("RFA") e da Remuneração Variável Anual ("RVA"). A política de remuneração global do Banco é anualmente revista pelo Conselho de Administração, até ao final do mês de Maio. Em consequência,

a remuneração fixa pode ser revista todos os anos de acordo com diversos indicadores, sendo igualmente definida uma componente variável.

- b) Limites da remuneração: a parte variável terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média, aproximadamente, um máximo de 25% da RTA, podendo o pagamento da RVA deixar de ser devido em caso de degradação estrutural do Banco, conforme referido *infra*. A RFA fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios.
- c) Equilíbrio na remuneração: a RVA terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média, um máximo de 25% da remuneração total. O montante exato da RVA oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do coletivo da respetiva unidade em que o dirigente se integra, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho do BEST, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.
- d) Critérios de definição da componente variável: a RVA será fixada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinada com base no Sistema de Objetivos e Incentivos (SOI) associado a cada tipologia de área, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos, aprovados pelo Conselho de Administração, com base nos critérios *infra* referidos. A RVA é paga em numerário no ano imediatamente a seguir à data de referência dos resultados, após a aprovação das contas do exercício do ano em questão. Não existem componentes da RVA diferidas nem pagas através de instrumentos financeiros, já que o Banco Best adota uma política controlada relativa à assunção de riscos que impede um impacto material no perfil de risco do banco. Acresce que a RVA representa uma componente da RTA que, em média, atinge um máximo de 25%, que não são ultrapassados nenhum dos indicadores de dimensão previstos no n.º 1 do artigo 7.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, que a atividade principal do banco é essencialmente exercida no mercado português, com uma estratégia de negócio orientada maioritariamente para o segmento de mercado de clientes particulares afluentes numa ótica de intermediação bancária de produtos e serviços financeiros de outros bancos, seguradoras, sociedades gestoras e corretoras, não exercendo a gestão própria de produtos próprios de natureza complexa e que as ações que constituem o capital social do Banco Best não estão cotadas em nenhum mercado regulamentado e são detidas exclusivamente por entidades do grupo da empresa-mãe e pelo Saxo Bank A/S.
- e) Mecanismos de Limitação da Remuneração Variável: o montante exato da RVA oscilará, em cada ano, em função da avaliação de desempenho e do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, constantes do Orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração, podendo, ainda que a avaliação de desempenho seja positiva, deixar de ser devida em caso de existência de uma degradação estrutural do desempenho do BEST. Cabe à Assembleia Geral de Acionistas verificar e determinar a existência de uma degradação estrutural, nomeadamente caso o resultado do exercício seja negativo.
- f) Critérios para a avaliação de desempenho: a avaliação dos dirigentes pertencentes às áreas Comerciais assenta em critérios qualitativos referentes às aptidões pessoais, técnicas e de gestão para o desempenho da função e em critérios quantitativos que assentam nos indicadores de, i) Resultados, que abrange um conjunto de indicadores que traduzem os resultados da área face aos

objetivos definidos; ii) Produto Bancário, indicador que mede o contributo para os resultados do banco; iii) Qualidade, indicadores que abrangem métricas que avaliam a qualidade de serviço ao cliente interno e externo, e; iv) Cost-to-Income, rácio entre os custos operativos e o produto bancário total que traduz a atividade operacional do Banco e que mede a capacidade de geração de receitas face aos custos operativos incorridos. A avaliação dos dirigentes pertencentes às áreas Centrais assenta em critérios qualitativos referentes às aptidões pessoais, técnicas e de gestão para o desempenho da função e em critérios quantitativos que assentam nos indicadores de; i) Atividade, que abrange um conjunto de indicadores que traduzem os resultados de cada área de atuação do colaborador; ii) Risco, indicadores de risco relevantes para cada área, e; iii) Qualidade, indicadores que abrangem métricas que avaliam a qualidade de serviço ao cliente interno e externo. A avaliação dos colaboradores que exerçam funções de controlo tal como previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008 assenta em critérios qualitativos referentes às aptidões pessoais, técnicas e de gestão para o desempenho da função.

- g) Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios atribuídos aos dirigentes: para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, não existem outros benefícios relevantes.
- h) Principais características dos regimes complementares de pensões atribuídos aos dirigentes: o Banco Best não tem acordos que prevejam regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.

13. Montantes pagos em 2012 aos Dirigentes do BEST

A remuneração auferida pelos Dirigentes e colaboradores das Funções de Controlo no exercício de 2012 inclui as remunerações fixas recebidas e pagas em 14 prestações, os complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios e as remunerações variáveis atribuídas e que se encontravam já pagas relativamente a exercícios anteriores. Os Dirigentes e colaboradores das funções de Controlo, de forma agregada, auferiram a remuneração fixa global de 855 340 euros e uma remuneração variável em dinheiro no valor global de 127 464 euros.



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 384.831 milhares de euros e um total de capital próprio de 51.664 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 8.455 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's"), conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

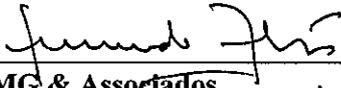
Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's, conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 20 de Março de 2013



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2012

Senhores Accionistas do
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.

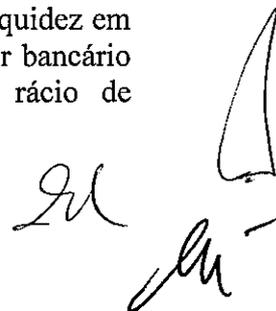
Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (doravante, BEST).

O Conselho Fiscal acompanhou, no âmbito das suas atribuições, e nos termos da lei e dos estatutos, a evolução da gestão e da actividade do BEST, nomeadamente:

- i. apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- ii. participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que foi convocado para as mesmas;
- iii. analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- iv. acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
- v. apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BEST; e
- vi. teve reuniões, sempre que necessárias, sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BEST, com o Revisor Oficial de Contas que sempre prestou as informações tidas como relevantes e a quem o Conselho Fiscal presta o devido agradecimento.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspectos que circunscreveram a actividade do BEST no ano de 2012.

O Conselho Fiscal verificou que o BEST manteve um nível confortável de liquidez em balanço, não obstante um enquadramento geral de forte competição no sector bancário pela captação de recursos estáveis de clientes e também um sólido rácio de



solvabilidade (Core Tier I) de 15,4%, significativamente acima do valor mínimo recomendado pelo Banco de Portugal.

O Conselho Fiscal regista com apreço o montante atingido pelo resultado líquido do BEST, cujo valor ascende a 8.455 milhares de euros em 2012, apesar da envolvente negativa a nível nacional e internacional.

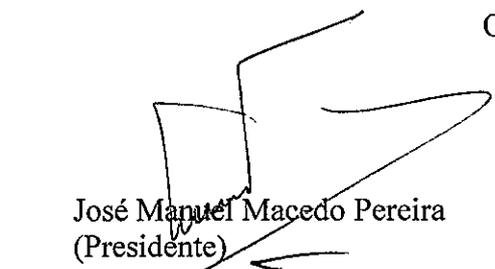
O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da lei, o Relatório de Auditoria elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, tendo igualmente tomado conhecimento da sua Certificação Legal de Contas sobre as referidas demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2012, que não apresenta qualquer reserva ou ênfase e com a qual concorda.

Face ao exposto, é Parecer deste Conselho que sejam aprovados:

- a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012;
- b) A proposta de aplicação de resultados líquidos apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma eficaz como conduziu os negócios sociais.

Lisboa, 20 de Março de 2013

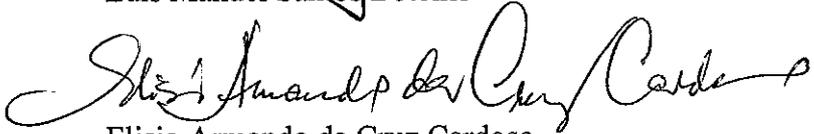
O CONSELHO FISCAL



José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)



Luis Manuel Santos Botelho



Elisio Armando da Cruz Cardoso